

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC**

**KELCE NAYRA GUEDES MENEZES PAES**

**O PROCESSO DE AUTORIA EM TEXTOS ESCRITOS POR ALUNOS DO  
CURSO DE DIREITO**

Rio Branco – AC

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**KELCE NAYRA GUEDES MENEZES PAES**

**O PROCESSO DE AUTORIA EM TEXTOS ESCRITOS POR ALUNOS DO CURSO  
DE DIREITO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Acre – UFAC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras: linguagem e identidade.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Verônica Maria Elias Kamel**

Rio Branco – AC

2009

**KELCE NAYRA GUEDES MENEZES PAES**

**O PROCESSO DE AUTORIA EM TEXTOS ESCRITOS POR ALUNOS DO  
CURSO DE DIREITO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Acre – UFAC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras: linguagem e identidade.

**APROVADO EM: 19 de Outubro de 2009**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**VERÔNICA MARIA ELIAS KAMEL**  
Orientadora

---

**JÚLIO CÉSAR BARRETO ROCHA**  
Membro

---

**FRANCISCO OSVANILSON DOURADO VELOSO**  
Membro

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu filho Luiz Fernando, meu maior tesouro, por ter compreendido minha ausência nas horas em que precisou de mim.

Ao meu marido Luiz Carlos, pelo apoio incondicional que sempre me deu, pelo amor de tantos anos e pelo incentivo de sempre me fazer buscar um espaço maior na minha profissão.

*“O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.”*

*Michel Foucault*

## RESUMO

Este trabalho trata de um estudo sobre o tema O processo de autoria em textos escritos por alunos do Curso de Direito. Para o seu desenvolvimento, tomamos como objetivo verificar se os alunos da série inicial do Curso de Direito, ao escreverem, se inserem como autores de seus textos ou apenas reproduzem os textos lidos. Para tanto, partimos da hipótese de que tais alunos parafraseiam os textos lidos, não se posicionando como autores do que escrevem, principalmente porque a escola, de certa forma, estimula-os a essa prática. Como procedimento metodológico, optamos pela coleta de dados, a partir de uma palestra proferida por um professor de Direito aos alunos do 1º ano do Curso de Direito de uma Faculdade Particular. Após a palestra, foi solicitado que os alunos produzissem um texto sobre o assunto. Para a escrita não foi estipulado gênero, deixando que eles se sentissem à vontade quanto à escolha do gênero a ser utilizado. Adotamos como fundamentação teórica os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, utilizando as noções de linguagem e dialogismo a partir de Bakhtin (2000 2006); autoria, de Foucault (2006) e Orlandi (1996, 2000, 1998) e heterogeneidade discursiva, segundo a concepção de Authier-Revuz (1998). Com base nos autores citados, fizemos a análise do *corpus* e o resultado desta análise revela que o aluno da série inicial do Curso de Direito se insere como autor dos textos que escreve, contrariando nossa hipótese inicial. Chegamos a esta conclusão também com a confirmação de que a escola, apesar de contribuir para este processo, poderia levar o aluno a se posicionar de forma mais significativa como autor dos textos que escreve.

Palavras-chave: Linguagem, Autoria, Sujeito, Dialogismo,  
Heterogeneidade.

## ABSTRACT

This work is a study on the theme the authoring process in texts written by students of Law Course. For its development, our objective was to examine the initial series of students in Law Course, writing, enplaning as authors of their text or merely reproduce the texts read. For this, we start with the hypotheses these students paraphrase the texts read, not positioning itself as authors who write, mainly because the school, in a way, encourages them to this practice. As a methodology, we chose to collect data from a lecture by a professor of law students in the first year Law Course, of a private school. After the lecture, we asked students to produce a text on the subject. For the writing was not stipulated gender, letting them feel comfortable about the choice of its kind to be used. We adopted the theoretical assumptions of discourse analysis of the French line, using the concepts of language and dialogism, from Bakhtin (2000 2006); authorship, Foucault (2006) and Orlandi (1996, 2000, 1998) and heterogeneity discourse, according to the design of Authier-Revuz (1998). Based on the authors mentioned, we did the analysis of the *corpus* and the analysis showed that the student the first series of the Law Course as author of the texts writes, contrary to our initial hypothesis. We reached that conclusion with the confirmation that the school despit contribute to this process could lead students to position themselves more significantly as author of the text writes.

Keywords: Language, authorship, subject, dialogism, heterogeneity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>17</b>
<b>1. LINGUAGEM, SUJEITO E DISCURSO: UMA INTERAÇÃO SOCIAL</b>	<b>17</b>
<b>1.1 O DISCURSO .....</b>	<b>30</b>
<b>1.2 AUTORIA .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>42</b>
<b>2. O SUJEITO E A ESCRITA .....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 DIALOGISMO .....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 HETEROGENEIDADE DISCURSIVA .....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>51</b>
<b>3. O SUJEITO ALUNO E A FUNÇÃO AUTOR .....</b>	<b>51</b>
<b>3.1 A AUTORIA EM TEXTOS DE ALUNOS DO 1º ANO DO CURSO DE DIREITO .....</b>	<b>51</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

O percurso seguido por mim para o desenvolvimento dessa pesquisa começou ainda na graduação. Na verdade, o tema trabalhado não é o mesmo que me inspirou a pesquisar com o intuito de, no futuro, fazer um mestrado. Ao fazer o Curso de Letras fui me colocando a par de várias situações que eram muito importantes para o meu trabalho em sala de aula, como por exemplo, a diferença que existe entre uma análise linguística e uma análise gramatical. No decorrer do curso, deparei-me com a imensa dificuldade de compreender e aceitar, acima de tudo, que existem variantes linguísticas e que elas devem ser utilizadas levando-se em consideração cada situação comunicativa na qual o sujeito está inserido.

Esse caminho levou-me a refletir sobre como o ensino tradicional, atualmente, “massacra” a mente e a inteligência do aluno, levando-o a seguir sempre pelo mesmo caminho. Ao abordar esse aspecto do ensino, refiro-me ao fato de, muitas vezes, nós professores de Língua Portuguesa, não oferecermos as condições necessárias para que o nosso aluno caminhe de forma mais independente ao produzir seus textos. Com o passar dos períodos, no Curso de Letras, fui compreendendo que o texto não é apenas um monte de palavras ditas organizadas, mas ele é produzido por alguém, ou seja, por um sujeito que pensa e que tem o direito de emitir opiniões. De posse desse novo olhar, me encantei pela ideia de fazer uma pós-graduação em Letras, eis que surge tal oportunidade ao ser oferecido pela Universidade Federal do Acre o **Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa e Ensino**, quase dois anos depois de concluída a graduação. A partir de então passei a me dedicar à linguística e ver nela o caminho para a “cura de muitos males” que existem até hoje no ensino de Língua Portuguesa<sup>1</sup>. Durante o curso, encontrei várias respostas que procurava para dinamizar e qualificar mais ainda meu fazer docente, especialmente porque à época já trabalhava com cursos de graduação na própria Universidade.

Passado algum tempo, um sonho que era muito distante tornou-se realidade, a possibilidade de fazer um Mestrado em Letras. Mais uma vez, voltei-me

---

<sup>1</sup> Refiro-me aqui à opressão que muitos alunos sofrem por não terem domínio da norma culta preconizada pela escola. Quero deixar claro que defendo o uso de tal norma nas situações de comunicação em que ela deva ser utilizada, não como uma imposição.

rapidamente para minha paixão, a Linguística. Para a seleção apresentei um projeto cujo tema era: **A construção da argumentatividade em gêneros escritos da esfera jurídica por alunos do curso de Direito**. Para desenvolver este trabalho, tinha como principal objetivo analisar como se dava a construção da argumentatividade nos textos dos alunos, observando a coerência na escolha do item e a argumentação e, ainda, identificando os elementos usados para encadear os argumentos utilizados por eles.

Sob esse enfoque comecei a cursar o **Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade** da UFAC e a entender, cada vez mais, as artimanhas da produção de textos e, sobretudo, dos sentidos atribuídos a eles. Sem descuidar do meu foco, ao ter contato com a primeira aula de **Análise do Discurso** (doravante AD) fui surpreendida pela imensa gama de possibilidades de “leitura” que os alunos poderiam fazer dos textos com os quais tinham contato em sala de aula e fora dela. Ao tomar ciência dos pressupostos da AD de linha francesa, senti, de imediato, a vontade de explorar esse novo caminho, pois nele não iria trabalhar apenas o linguístico, mas o sentido, o discurso, o percurso do sujeito produtor dos textos. Aprendi durante as aulas que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2000, p. 21) no curso de uma dada interação verbal, assim, as palavras são carregadas de ideologias e marcadas na história de cada sujeito falante. Aprendi também que o discurso permite ao homem deslocar-se, movimentar-se, inquietar-se e não simplesmente aceitar as imposições das estruturas cristalizadas pelo sistema. Tendo em vista esta finalidade, a Análise do Discurso trabalha com o sujeito falando e significando-se, como sugere Orlandi, “seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” (2002, p.16)

A partir da prática docente e do cotidiano da sala de aula, no Mestrado, a vontade e a certeza de que deveria traçar outro caminho só foram se fortalecendo. A decisão só foi definitivamente tomada ao ter contato, por intermédio de uma conversa com a orientadora, com os conceitos de autoria. Nesse momento, tive convicção de que, por estar assumindo, há mais de cinco anos, várias turmas no Curso de Direito em uma faculdade privada de Rio Branco seria viável e muito interessante pesquisar sobre **O processo de autoria em textos escritos por alunos do Curso de Direito**, pois, no discurso do aluno, outros discursos estão presentes. Todo discurso, ao chegar até nós, já chega carregado de sentidos, que, algumas vezes não temos condições de saber como foram atribuídos, sob que olhar,

sob quais pretensões. Além disso, fomos motivados, ainda, pela grande necessidade que o sujeito de direito tem de se fazer ouvir, de poder participar como autor, como protagonista do seu discurso.

Para Claudine Haroche (1992):

Na especificidade da ideologia religiosa (e, posteriormente, da ideologia jurídica, por exemplo), lê-se manifestamente a indicação, a ilustração da importância das determinações históricas.

O sujeito religioso representou, assim, uma forma de sujeito diferente daquela do sujeito jurídico. Se podemos colocar na história a referência para a gênese da noção de sujeito-de-direito, também a noção de sujeito, que deriva em grande parte da ideologia, pode-se esclarecer por uma análise histórica. (HAROCHE, 1992, p.179)

De acordo com Haroche (1992), o aparecimento do sujeito de direito está envolto em uma transformação do discurso religioso para o discurso jurídico. Sendo assim, o sujeito, antes submetido à religião, passou a ser visto como alguém importante, de valor reconhecido, ou seja, alguém “que é motivo de algo”. A partir desse momento, o sujeito passa a ser responsabilizado pelos seus atos e torna-se individualizado, mostrando que é capaz de lutar pelo que quer e assim o faz. Além desses aspectos, muitos outros foram gerados levando-se sempre em conta a formação do sujeito de direito, como por exemplo, o fator econômico, motivo pelo qual esse novo sujeito também foi lutar, tornando-se assim um sujeito “responsável por suas ações, com direitos e deveres” (Haroche, 1992).

A certeza de desenvolver uma pesquisa que abordasse a autoria nos textos dos alunos iniciantes do Curso de Direito veio, principalmente, por, durante meu trabalho neste curso, ter tido a oportunidade de perceber a insegurança que eles apresentam ao escrever textos que necessitam dos seus argumentos e opiniões. Pelo que observamos no dia a dia de sala de aula, os alunos dão, até hoje, preferência à repetição daquilo que os autores que eles leem dizem em seus textos, ficando, dessa forma, eximidos de emitir qualquer opinião e, conseqüentemente, de participar das decisões dos problemas sociais que, muitas vezes os afetam.

Em nosso percurso durante este trabalho, usaremos vários conceitos para suporte teórico, dentre eles o de autoria e, sobre a autoria nos textos, especificamente, tem-se o que esclarece Orlandi (2004) acerca desse assunto. Segundo a autora, a autoria se estabelece na relação do sujeito com o texto.

Enfatiza ainda que há um princípio geral que rege a “função-autor”<sup>2</sup> e que tal princípio é válido para qualquer discurso. Orlandi (2000) diz também que a “função-autor” se estabelece à proporção que quem produz a linguagem assume a origem do que diz. Assim, devemos considerar principalmente o lugar do discurso, ou seja, o lugar social da produção do discurso, onde é colocado o sujeito do discurso. Continuando seu pensamento, tem-se o sujeito capaz de ser criativo, inventivo, ou seja, capaz de criar e escrever algo novo, no entanto, como questiona a própria autora, como ser criativo se os discursos estão carregados de repetições?

Nos propomos nesta pesquisa a verificar como se dá o processo de autoria nos textos escritos por alunos do Curso de Direito de uma Faculdade privada da cidade de Rio Branco. Para tal, faremos a análise de textos produzidos pelos alunos do primeiro ano do curso em questão.

Partimos da hipótese de que os alunos do referido curso, ao escreverem, não se colocam no texto como autores e sim como meros reprodutores do que leem, não apresentando assim, como dito anteriormente, maturidade suficiente para a produção de seus textos. Levando-se em consideração esse olhar, o problema da pesquisa se mostra da seguinte forma: O aluno do primeiro ano do Curso de Direito é ou não autor do que escreve?

O *corpus* do trabalho é constituído por textos elaborados a partir de uma palestra ministrada por um professor da área jurídica. Assim, será feita a análise de tais textos com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa.

Neste estudo, pretendemos verificar se, ao escrever, os alunos que cursam o primeiro ano do Curso de Direito em uma faculdade particular de Rio Branco, se posicionam como autores do que escrevem ou apenas parafraseiam os textos que leem. Considerando essa questão, pretendemos, com esse trabalho, contribuir para que o sujeito-aluno se insira mais em seus textos, tornando-se crítico e reflexivo, tendo a possibilidade, dessa forma, de interagir com outros sujeitos na sociedade e se fazer mais participativo no processo de seu desenvolvimento e em defesa de suas ideologias. Por esse motivo, acreditamos que essa pesquisa é de grande relevância para o desenvolvimento da produção de textos nesse curso.

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Michel Foucault em “O que é um autor?” e, que, segundo ele, é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.”

Dessa forma, são objetivos específicos dessa pesquisa:

- > Observar de que forma se dá o processo de assunção de autoria nos textos escritos pelos alunos iniciantes do Curso de Direito;
- > Investigar se o aluno se insere como autor de seus textos.

Como procedimentos metodológicos, optamos pelo gênero palestra, aproveitando a oportunidade de unirmos as atividades da disciplina ministrada por nós às exigências do Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade. Esta Dissertação tem como fonte originária a palestra do Professor Mestre Francisco Pereira Costa, do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre, proferida em 31 de outubro de 2007, com o tema **A Pesquisa histórico-jurídica como possibilidade de crítica ao Direito**, para os alunos do 1º ano do Curso de Direito da FAAO. A partir da palestra, foi solicitado aos alunos, cujos textos serão utilizados como objeto dessa pesquisa, que escrevessem sobre o tema abordado pelo professor. Para a escrita não foi estipulado um gênero específico, deixando que os alunos se sentissem livres para escolher o gênero de sua preferência e o que mais se adequasse ao desenvolvimento do texto solicitado.

Buscamos ainda, com esta pesquisa, poder contribuir, de forma significativa, com o alcance de melhores condições para o processo de ensino/aprendizagem no ambiente pesquisado, já que cada situação de ensino tem a sua especificidade, isto é, cada instituição segue seus princípios em relação ao modo como conduz seus ensinamentos, deixando, algumas vezes de praticar ações mais direcionadas para o aprimoramento do sujeito-aluno. Após essa etapa, fizemos uma seleção para posterior análise dos dados coletados.

Este estudo está dividido em três capítulos, a saber: o primeiro sob o título *linguagem, sujeito e discurso: uma interação social* vem nos mostrar, por intermédio de uma breve discussão sobre esses temas, como se dá a linguagem do sujeito numa situação discursiva no cotidiano. Quais são as diferenças e as semelhanças existentes entre o conceito de linguagem para Saussure e para outros teóricos como, por exemplo, Bakhtin (2000). Veremos ainda neste capítulo qual é a noção de sujeito e a de discurso para Foucault (2000), Pêcheux (1997) e Possenti (2002), dentre outros, bem como os conceitos de discurso e autoria.

No segundo capítulo, intitulado *O sujeito e a escrita*, abordaremos algumas noções de autoria e sua importância na escola, principalmente voltando-nos para o alvo dessa pesquisa: a autoria nos textos dos alunos do primeiro ano do Curso de

Direito de uma Faculdade Particular. Durante a escrita, mostraremos a importância da figura do autor e do leitor nos dias de hoje. É sempre importante ressaltar que essa figura, a do leitor, continua em grande evidência, reforçando mais ainda a importância da inserção do sujeito-autor nos textos que escreve. Para tal abordagem utilizaremos os pressupostos de autoria a partir de Foucault (2006), e autores mais recentes como Orlandi (1996, 2000, 2001b, 1988) e Gallo (1992). Tais autores defendem que a autoria acontece quando existe uma organização do texto pelo sujeito e que este atribui ao texto unidade e progressão e, de certa forma aparentemente um “fim”, pois um texto não se encerra nele mesmo. Além das discussões citadas, abordaremos, também, sobre as noções de Dialogismo e Heterogeneidade Discursiva a partir de Bakhtin (2006) e Authier-Revuz (1998), respectivamente.

No terceiro capítulo, *O sujeito aluno e a função-autor*, tomaremos, como fator principal, as marcas que tornam possível o reconhecimento da função-autor nos textos dos alunos pesquisados. Para isso, trataremos a partir dos estudos de Bakhtin (2000) sobre os gêneros discursivos, para quem o sujeito sempre utiliza um gênero ao produzir seu discurso. Dando continuidade ao trabalho, ainda no terceiro capítulo, faremos a análise do *corpus*, sempre enfatizando a importância do que já está estabelecido, ou seja, considerando sua origem, seu conhecimento, suas condições de produção, dentre outros aspectos necessários para a construção do seu discurso, pois isso é fator indispensável para a constituição do sujeito-autor, já que ele faz uso também de outros recursos como o lexical, a repetição, dentre outros. Para Orlandi (2000, p.40), “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional e o mecanismo imaginário.” Como categorias analíticas, adotaremos as noções de Heterogeneidade Discursiva e Dialogismo <sup>3</sup> para, ao analisarmos o texto, termos suporte para verificar como o sujeito-aluno se transforma ou não em sujeito-autor.

Tomando como base as noções apresentadas acima, podemos observar o movimento dos sujeitos e dos sentidos nos discursos. Ao falarmos, podemos produzir mudanças na rede de filiação dos sentidos, usando, para isso, palavras já ditas.

---

<sup>3</sup> Esses conceitos serão trabalhados no capítulo II desta pesquisa.

Para iniciar esta explanação, vale ressaltar que a pesquisa será dividida em algumas partes que discutirão conceitos e opiniões de vários autores ligados ao objeto de estudo desta dissertação de mestrado. Antes de iniciar as discussões propriamente ditas, faremos aqui alguns esclarecimentos acerca da escolha do tema da dissertação e sua delimitação, objetivos, metodologia, justificativa e embasamento teórico.

O tema da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Letras: linguagem e identidade é: “O processo de autoria em textos escritos por alunos do Curso de Direito”. Como já foi ressaltado anteriormente, tal tema foi motivado pela observação feita em sala de aula de que os alunos da série inicial do referido curso não se sentiam à vontade para escrever o que pensavam e/ou gostariam. Observamos durante as aulas de Análise e Produção de Textos Jurídicos, que estes alunos, em sua maioria, preferiam reproduzir ou parafrasear textos de autores lidos, para elaboração de seus trabalhos. Por esse motivo, e por acreditarmos que os alunos, principalmente por já estarem na graduação, já devem começar a procurar ser autores do que escrevem, é que foi despertada em nós a vontade de pesquisar sobre este tema.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Seguindo tal metodologia, trabalharemos com um universo de quarenta e oito textos de alunos do primeiro ano do Curso de Direito de uma faculdade particular da cidade de Rio Branco.

É de grande importância ressaltar que essa pesquisa faz-se necessária, na nossa concepção, por termos percebido, no decorrer da nossa experiência em sala de aula, a falta de inserção do aluno do Curso de Direito nos textos que “produz”. Nossa preocupação em fazer esse estudo deve-se ao fato de, em primeiro lugar, termos consciência da necessidade que tais alunos irão sentir, no futuro, de fazer uso de seu próprio texto<sup>4</sup>, seja ele escrito ou oral, no seu dia a dia, principalmente no que se refere à sua atuação profissional, depois, por estarmos também conscientes da importância da autoria do que se escreve, pois só assim conseguiremos ser mais participativos nas decisões da nossa sociedade. Outro ponto de grande relevância é a preocupação em sabermos que, infelizmente, às vezes, a própria escola direciona seus alunos para a simples reprodução de textos, oferecendo a eles apenas as

---

<sup>4</sup> Sempre é pertinente lembrar que um discurso nunca é puro, ou seja, original, ele é sempre atravessado por outros discursos, outras ideologias.

possibilidades de escritas mais tradicionais, como dissertação, narração e descrição. Dessa maneira, torna-se fácil para o aluno fugir dos gêneros diferenciados que ele tem a seu dispor, fazendo assim com que não tome para si a responsabilidade de opinar e contribuir, de forma mais participativa, para a resolução dos problemas que afetam nossa sociedade.

## CAPÍTULO I

### 1. LINGUAGEM, SUJEITO E DISCURSO: UMA INTERAÇÃO SOCIAL

Existe uma grande preocupação por parte dos analistas do discurso em poder entender como a linguagem é produzida no âmbito social e histórico. Para que exista essa compreensão é necessário que ocorra também o entendimento de como se dá a relação entre o sujeito e a escrita.

Para fundamentar essa discussão serão utilizados alguns conceitos da Análise do Discurso de linha francesa (AD). É de grande importância lembrar que a Análise do Discurso é uma área do saber que, a depender do objeto de estudo, implicará o uso de metodologias para coleta e análise de dados bastante diversas. Além dos pressupostos citados anteriormente, utilizaremos também neste capítulo os conceitos de linguagem, sujeito, discurso e Gêneros do Discurso a partir de autores como: Saussure (2002), Bakhtin (2000, 2006), Possenti (2002), Pêcheux (2002), Foucault (2006), dentre outros.

Sabemos que muitos são os conceitos sobre sujeito, no entanto, para darmos início a esta reflexão, percorreremos, rapidamente, com a preocupação de situar o nosso leitor, inicialmente, a noção de sujeito preconizada por Benveniste (*apud* Brandão, 1994) até chegar à noção defendida e adotada por Bakhtin e à noção de dialogismo, que é um conceito de grande relevância para a análise desta pesquisa.

BRANDÃO (1994), em seu livro intitulado **Introdução à Análise do Discurso**, percorre com muita clareza algumas noções de sujeito que encontramos em Análise do Discurso. Uma dessas noções é a de Benveniste, que põe na língua, por intermédio do estudo dos pronomes, a questão da subjetividade. A partir dessa perspectiva, o sujeito passa a ocupar um lugar que antes não o pertencia, ou seja, um lugar seu, privilegiado e, dessa forma, passa também a ter representatividade no mundo.

De acordo com Benveniste (*apud* BRANDÃO, 1994), “a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua.” Assim, o locutor anuncia sua posição no discurso e, nesse processo, havendo a instituição de um *eu*, há automaticamente a necessidade de um *tu*.

Na relação do *eu* com o *tu*, no discurso, para este autor, existe uma sobreposição do *eu* em relação ao *tu*. Mesmo assim, nessa relação ascendente de um sobre o outro, o *um* não existe sem o *outro* estar “presente”, já que eles se completam. Neste modo de pensar de Benveniste estão presentes algumas contradições. Mesmo deixando claro que a imagem do parceiro é importante no discurso, o autor citado vê no que ele denomina de EGO (*eu*) o centro do dizer e afirma que “a constituição da subjetividade vai-se fazendo à medida que se tem capacidade de dizer *eu*.” (BENVENISTE *apud* BRANDÃO, p.48). Quanto a esta questão temos o que esclarece Brandão (1994):

A subjetividade é inerente a toda linguagem e sua constituição se dá mesmo quando não se anuncia o *eu*. Os discursos que utilizam de formas indeterminadas, impessoais, como o discurso científico, por exemplo, ou o discurso do esquizofrênico, em que o locutor utiliza o *eu* para se referir a si mesmo – mostram uma enunciação, que mascara sempre um sujeito. Isto é, nesses tipos de enunciação, o sujeito enuncia de outro lugar, postando-se numa outra perspectiva seja a da impessoalidade em busca de uma objetivação dos fatos ou de um apagamento da responsabilidade pela enunciação seja a da incapacidade patológica de assunção de um *eu*. (BRANDÃO, 1994, p.48).

Dessa forma, podemos notar que o sujeito pode estar inscrito em qualquer situação de comunicação, não importando se aparente ou não, se consciente ou não e em que tipo de discurso, pois até nos discursos científicos, ditos impessoais, o sujeito pode estar presente. Sendo assim, não temos como dissociar o discurso da história, pois o sujeito é social, histórico e ideológico e, como retrata Brandão (1994): “se toda enunciação é um ato de apropriação da língua, impõe-se, necessariamente, a figura de um sujeito, de alguém que pratica o ato de apropriação.” (p.49).

Diante do que foi posto em relação à noção de sujeito em Benveniste, é preponderante para o entendimento do nosso trabalho a explicação da noção de sujeito na qual nos inscrevemos para este estudo, o que faremos mais adiante.

A linguagem faz parte do indivíduo e é por meio dela que ele se comunica e interage com o seu meio. Sendo assim, faz-se necessário dar destaque às obras que versam sobre o estudo da linguagem e aos autores que, ao falar deste assunto, deixam claro as diferenças de pensamento que os afastam e, ao mesmo tempo, os aproximam.

Para Saussure (2002), por exemplo, a língua é um sistema de signos abstrato, social, homogêneo e adquirido, e a fala foi dita individual e heterogênea. Segundo ele:

A língua não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2002, p.17)

Por muito tempo, os estudos sobre a linguagem foram carregados de uma visão puramente linguística e desvinculados do sujeito e de sua realidade histórico-social. A língua, principalmente tida assim por Saussure (2002), era tratada levando-se em consideração apenas os fatores internos, deixando, com isso, de valorizar seu exterior, fator de grande importância para o entendimento e a comunicação humana. O autor, apesar de considerar a língua um fator social, não reconhece sua manifestação individual, que é a fala, assim, preconiza que a língua e a fala são bipartidas, ou seja, a primeira é abstrata e a segunda, concreta, com isso, Saussure (2002) considera ainda que o objeto da linguística é, tão somente, a língua e, para isso, rejeita as manifestações individuais.

Em contrapartida, temos o que propõe Bakhtin (2006), considerado um dos grandes pensadores do século XX, para quem a língua também é fator social, não individual, e a fala está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação e às estruturas sociais.

De acordo com Bakhtin (2006, p. 104), “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios.” Dessa forma, nunca poderíamos, segundo o autor, dissociar a língua da fala, pelo simples fato da fala ser também de natureza social e ambas estarem ligadas às estruturas sociais. Tal ligação faz com que o sujeito tenha voz para lutar por sua ideologia, para nessa “arena” dita por ele, se confrontar valores, por em jogo os conflitos e as diferenças, enfim, se contrapor ao que for necessário.

Para esse autor, a língua não é um sistema abstrato, imutável e homogêneo. Segundo ele, a língua é resultado do processo de interação verbal entre os indivíduos; tal processo é suscitado quando o sujeito passa a ter voz, ou seja, passa a agir de modo que venha a provocar mudanças no lugar onde vive, em sua

sociedade, mantendo, dessa forma, uma estreita relação com o mundo e com os indivíduos que estão à sua volta. Como sublinhado acima, Bakhtin (2006) afirma que a língua existe na interação entre os indivíduos os quais são perfeitamente capazes de modificar enunciados já proferidos e dar-lhes outros sentidos, outros significados.

Para Bakhtin (2000), o enunciado, sendo uma unidade concreta da comunicação verbal, reflete as condições específicas e as finalidades de cada esfera da atividade humana, não só pelo seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. O autor destaca que cada esfera da atividade humana é refletida por enunciados diversos, ou seja, o uso de cada um deles irá depender das finalidades de cada esfera, tendo como foco principal a comunicação.

Ao abordar sobre os enunciados, Mikhail Bakhtin (2000, p.287), deixa claro que o “enunciado é a unidade real da comunicação verbal”. O autor faz uma crítica ao modo como é pensada a língua por Saussure. Para ele, não é pertinente minimizar a importância do outro no processo de comunicação, como é preconizado pela linguística de Saussure (2002), que trabalha com a ideia de ouvinte passivo. De acordo com Bakhtin (2000, p.290),

a compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* [...] toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (BAKHTIN, 2000, p.290)

Com esta afirmação, o autor defende que todo enunciado dito pelo locutor, acaba, de certa forma, sendo compreendido pelo receptor que ao compreender, toma alguma atitude em relação ao que recebeu, seja essa atitude imediata ou não, o que ele chama de “compreensão responsiva de ação retardada.” (2000, p. 291)

O ato de compreender nada mais é do que o início da preparação do interlocutor para uma possível resposta. O processo de comunicação, ao se instalar, “exige” dos envolvidos respostas, ou seja, o locutor ao se expressar, “pede” para ser compreendido, e quando ocorre essa compreensão o processo de comunicação flui muito melhor. Ainda segundo Bakhtin (2000, p.291): “o ouvinte dotado de uma compreensão passiva, tal como é representado como parceiro do locutor nas figuras esquemáticas da linguística geral, não corresponde ao parceiro real da comunicação verbal.” Sendo assim, sabemos que o discurso é histórico e se adapta à forma do

enunciado, ele vem sempre representado pelo sujeito falante, por sua condição de fala.

O autor defende também que existe uma alternância dos sujeitos que estão envolvidos no processo de comunicação verbal, ou seja, existe uma fronteira que delimita o início e o fim de cada discurso. Os falantes envolvidos no processo, por mais simples que sejam os enunciados utilizados por eles, têm bem claro, em seu diálogo, essa delimitação. Para Bakhtin (2000, p. 294), esse limite estabelecido para cada locutor é um dos traços fundamentais do enunciado: “cada réplica, por mais breve e fragmentada que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor.”

Podemos notar que a visão saussuriana e a bakhtiniana diferem consideravelmente no que diz respeito ao conceito e à funcionalidade/aplicabilidade da língua. Enquanto para Saussure (2002) a língua pode ser vista como um sistema estável e imutável, embora ele a considere social, para Bakhtin (2006) ela também é social e funciona de acordo com a interação do indivíduo na sociedade, como explicado acima. Para melhor exemplificar temos:

[...] a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria língua como tal. De fato, a forma lingüística sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. (BAKHTIN, 2006, p. 98-99)

Tal afirmação deixa claro que a língua sem estar contextualizada ou inserida em uma situação de comunicação efetiva não será de grande utilidade para o indivíduo. Ao se expressar, o sujeito falante interage com quem está ouvindo o que ele diz e, automaticamente, será estimulado a dar uma resposta. Por esse motivo, Bakhtin afirma que “a língua é um fator social e mais, que a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin, 2000 p.99).

Neste sentido, devemos ser cautelosos para não fazer da linguagem algo vazio de significado, ou seja, algo puramente estrutural. A linguagem, bem como a língua, deve ser usada como ferramenta de interação entre os indivíduos, fazendo com que possam fazer parte, cada vez mais, das decisões da sociedade em que estão inseridos.

Neste trabalho, temos a preocupação de ressaltar a importância da inserção do sujeito-aluno nas suas produções, sejam elas orais ou escritas. A linguagem não se dá apenas a partir dos seus aspectos gramaticais, lexicais, enfim, estruturais como propunha Saussure, ela ocorre sempre levando em consideração o espaço do sujeito, suas ideologias, suas intenções ao pronunciar o discurso. Por isso, podemos depreender que para Bakhtin o sujeito é um ser social.

Por intermédio da linguagem, podemos construir pensamentos e criar ideias. Este processo de criação é utilizado por nós todos os dias e a todo momento para expressar nossos sentimentos, desejos, vontades e tudo o que vivenciamos no dia a dia.

Além dessas considerações, temos ainda o que preconiza Bakhtin (2000) em **Os Gêneros do Discurso**. Como explicitado anteriormente, a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados escritos e orais, concretos e únicos. Tais enunciados surgem dos integrantes de várias esferas da atividade humana. Ao fazer uso de um enunciado, o falante/indivíduo deixa clara a sua intenção e, assim, reflete a finalidade de cada esfera em que está inserido.

Para melhor entendimento do conceito de enunciado e de gêneros do discurso temos o que afirma Bakhtin:

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2000, p. 279)

Na concepção bakhtiniana, as variedades dos gêneros do discurso são infinitas, visto que a cada esfera da atividade humana corresponde um vasto repertório desses gêneros. O uso de cada gênero é determinado pelo papel que o indivíduo desempenha a cada momento de sua vida e sabe-se que tais papéis são variados e inesgotáveis, principalmente se formos levar em consideração os diálogos, respostas dadas, enfim, todas as situações de comunicação pelas quais passamos no decorrer do nosso dia.

Outro aspecto ligado ao estudo dos gêneros do discurso é a sua divisão em **gêneros primários e secundários**. Segundo Bakhtin (2000), os **gêneros secundários** do discurso são utilizados em situações de comunicação cultural, eles são mais complexos e mais evoluídos. Este tipo de gênero aparece mais na escrita

e nos meios artístico, científico e sociopolítico. Em contrapartida, os **gêneros primários** são encontrados em situações de comunicação mais livres de rebuscamentos e formalidades, fazem parte das réplicas de diálogos cotidianos, cartas, entre outros. Vale ressaltar, que a depender da sua função na esfera social um único gênero pode reunir todas essas características.

Ao fazermos a escolha do gênero adequado ao processo de comunicação do qual estamos participando, devemos levar em consideração, principalmente, o nosso interlocutor, sem esquecermos, é claro, de outros aspectos igualmente importantes como, por exemplo, o contexto histórico, a ideologia a ser transmitida e o grau de persuasão. O gênero será escolhido de acordo com o grau de intimidade entre locutor e ouvinte. É importante saber que desde o início do processo da comunicação verbal, já sabemos qual gênero será utilizado pelo nosso interlocutor e por nós, caso contrário, a comunicação verbal seria quase impossível.

Durante este trabalho, temos sempre a preocupação de nos remeter ao nosso objeto de estudo, que são os textos escritos por alunos do Curso de Direito. Sendo assim, ao retratar a noção de Gêneros do Discurso preconizada por Bakhtin (2000), devemos lembrar que tais gêneros são muito diversificados e essa diversidade proporciona ao aluno o uso do gênero que melhor se ajuste ao seu propósito na hora de escrever.

Vale ressaltar, que essa variação ocorre porque quem os utiliza está colocado em um dado ambiente de fala, numa dada circunstância, além disso, conta-se também com o tipo de relação pessoal estabelecida entre as pessoas envolvidas no discurso. No discurso jurídico, por exemplo, o mais indicado é o uso do gênero secundário por ser formal, rebuscado e hermético. O dizer jurídico não é livre, embora seja enfatizado que a justiça é para o povo, as pessoas não conseguem penetrar no que é escrito no discurso jurídico, exceto, quem de fato está familiarizado com tal discurso. Esse tipo de discurso é estável, quem o profere não tem muitas escolhas, pois sua forma já está pré-determinada, enraizada na própria forma do discurso. Vejamos:

Estes gêneros, em particular os gêneros elevados, oficiais, são muito estáveis e muito prescritivos (normativos). O querer-dizer deve limitar-se à escolha de um determinado gênero e apenas ligeiros matizes na entonação expressiva (pode-se adotar um tom mais deferente, mais frio ou então mais caloroso, introduzir uma entonação mais prazerosa, etc.) podem

expressar a individualidade do locutor (o aspecto emocional do seu intuito discursivo) (BAKHTIN, 2000, p.303).

Essas constatações nos levam a entender porque, muitas vezes, o juiz, por exemplo, que faz grande uso do gênero secundário, tem dificuldades de expressão em outras situações comunicativas, ditas por Bakhtin (2000), mais livres, menos tensas, como uma reunião social ou familiar, por exemplo. Vale ressaltar que isso acontece não por o falante não ter o domínio de um vasto vocabulário, mas por não estar acostumado a interferências e usos de um gênero mais livre, ou seja, os gêneros primários, mesmo que as pessoas, na corrente da comunicação verbal, adquiram primeiro os gêneros primários.

Ao se abordar a Análise do Discurso, um dos pontos mais discutidos e, muitas vezes, alvo de discordâncias é a noção que se tem de **sujeito**. Para alguns autores, como, por exemplo, Possenti (2002), o sujeito exerce papel primordial nas relações entre os indivíduos, sendo assim necessário, no processo de comunicação, que ele compreenda o que é dito para então poder participar ativamente de tal processo. Para esse autor, não existem sujeitos livres, nem sujeitos assujeitados (noção defendida por Orlandi (1988), Foucault (2006) e outros), mas sujeitos ativos, e diz ainda que “nada é estanque, nem totalmente estruturado” (2002, p.91).

Sírio Possenti (2002) em seu texto intitulado “**O sujeito fora do arquivo?**”, propõe colaborar com a destruição das teses estruturalistas em AD, sustentando que nem só o discurso de arquivo é discurso. Defende que a atuação do sujeito é diversa daquela prevista pelo estruturalismo e que tal sujeito pode sim atuar fora desse arquivo. Para melhor entendimento temos o que esclarece o autor:

Sempre tive dificuldade em aceitar, e às vezes mesmo em entender, o que significava exatamente a afirmação segundo a qual o sujeito se define pelo seu assujeitamento, até mesmo pelos trejeitos etimológicos que a tese exhibe, e pela consequência, implícita, de que uma palavra – no caso, ‘sujeito’ – só pode ter um sentido. (POSSENTI, 2002, p. 94)

Como foi apontado anteriormente, este é um assunto muito polêmico para alguns autores. Por conceber o sujeito não totalmente assujeitado, Possenti (2002), defende que ele é capaz de tomar decisões e participar de discussões na sociedade. O autor lança mão de exemplos como os provérbios para provar que o sujeito só consegue interagir quando tem conhecimento do que está falando ou ouvindo.

Levado pela afirmação de outros autores, ele postula alguns princípios que julga importantes para o melhor entendimento da noção de sujeito. Estes princípios propõem, dentre outras coisas, que “os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais”. Sublinha ainda que “cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial” e que “o falante sabe o que está dizendo e ilude-se se pensar que sabe o que diz” (POSSENTI, 2002, p. 99).

Além desses aspectos de oposição à noção de sujeito totalmente assujeitado, o autor defende que para que haja a total compreensão de um texto, seja ele qual for, é necessário conceber um sujeito ativo, que pensa, que toma atitudes. Para isso afirma:

Para que o sujeito possa ser concebido como algo mais que um lugar por onde o discurso passa, vindo das estruturas, é necessário fazer a hipótese mínima que ele age. Que, por exemplo, para compreender textos, não basta que ele ocupe um lugar; é necessário também que ele produza uma atividade. (POSSENTI, 2002, p.100)

Neste excerto, novamente o autor citado argumenta para mostrar que suas opiniões são pertinentes e diferem de muitas outras lidas por ele mesmo. Para ele, o fato de conhecer e ter experiência de algo são características de um sujeito psicológico, não de alguém que apenas sofre efeitos da história e da linguagem. Este sujeito, defendido por Possenti (2002), tem um lugar na vida social e participa dela ativamente usando seus conhecimentos e aplicando-os no dia a dia. Segundo ele, os sujeitos são históricos e são ativos e estão dentro e fora do arquivo.

Em contrapartida, temos autores, como Foucault (2006), que defendem a noção de sujeito assujeitado. Para ele, o sujeito sempre estará preso às normas institucionais, ou seja, independente da sua vontade o sujeito terá que cumprir o que está estabelecido anteriormente como verdade absoluta, ele não é livre para ser diferente e agir diferente.

Para melhor entendimento desta afirmação temos:

Existe em muita gente, penso eu, um desejo de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do interior o que ele poderia ter de singular, de terrível, de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância. (FOUCAULT, 2006, p.6-7)

Esta passagem de Foucault deixa clara a sujeição do sujeito. Ele passa a ser alguém sem liberdade de escolha, alguém que sofre imposições de uma sociedade institucionalizada, regida por normas severas. O indivíduo acaba sendo assujeitado nas mais variadas situações de sua vida: na escola, no trabalho, na comunidade da qual faz parte, enfim, ele está sempre tendo que obedecer algo ou alguém.

Como no passado, atualmente não é difícil constatar o que Foucault defende, basta olharmos para as práticas sociais de sujeição que estão ao nosso lado todos os dias, como as dos patrões sobre seus funcionários, dos homens sobre as mulheres, governantes e governados, enfim, tantas quantas quisermos observar. Constatamos assim que essas práticas de controle, poder e assujeitamento, constituem práticas sociais cristalizadas historicamente. Em relação a essa noção de assujeitamento do sujeito temos ainda:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2006, p.8-9)

O que revela Michel Foucault é bem verdade ainda nos dias de hoje. O sujeito, na maioria das vezes, é interdito ao querer se pronunciar, emitir sua opinião. Essa interdição, geralmente é feita em nome da ordem e da manutenção do *status quo*, já que afirmam sempre que as coisas precisam caminhar em perfeita paz. Nem sempre podemos dizer tudo o que temos vontade e essa falta de liberdade de expressão, por incrível que possa parecer, é amparada quase sempre pelas leis que estão aí para manter a organização de tudo. Vale destacar, que não defendemos aqui um sujeito completamente assujeitado, e sim, aquele que à medida das suas possibilidades não fica inerte diante das diversas situações do dia a dia. Defendemos o sujeito que se posiciona sempre que pode, que emite opinião sobre o que o cerca, que diz o que deseja, enfim, que demarca o seu espaço por intermédio de suas colocações sobre diversas situações do cotidiano.

Com base nos pressupostos discutidos neste trabalho e considerando as diferentes visões sobre as atitudes do sujeito, ou seja, sua maneira de agir na sociedade é relevante retratar as condições de produção dos textos do sujeito-aluno

pesquisado aqui. O aluno do primeiro ano do Curso de Direito<sup>5</sup>, na nossa concepção, a princípio é um aluno que ainda tem medo de demonstrar seus sentimentos, seu entendimento e sua opinião sobre o que lê /ouve. No entanto, mesmo com essa constatação, acreditamos que esse sujeito-aluno não é totalmente assujeitado pelo sistema.

Tal afirmação se apoia no fato de considerar, ainda, o referido curso um dificultador para a inserção do aluno, fazendo assim com que ele não seja um sujeito participativo em algumas situações. Quando falamos em dificuldades, elas são apresentadas ao sujeito-aluno em forma de textos, leituras, leis, conferências, enfim, contextos diferentes de produção. Nessa hora, a exigência de um posicionamento, muitas vezes, limita este sujeito-aluno e faz com que ele pareça ser assujeitado, já que não emite opinião dando o seu ponto de vista<sup>6</sup> ou quando o faz, faz com restrições.

Notamos que Orlandi (1988) concebe o sujeito como alguém ativo dentro da sociedade, ou seja, alguém que participa das tomadas de decisões, que opina, enfim, que é uma voz. Nessa perspectiva, Orlandi (1988) propõe que o texto, seja ele escrito ou oral, seja apreendido no processo de interlocução. Para ela, tem que existir uma interação entre os interlocutores. Revela ainda que o domínio do sujeito no processo discursivo é parcial e que tal processo só será completo, só terá unidade no todo do texto.

Revisitando na memória os pressupostos preconizados por Foucault (2006) sobre a noção de sujeito assujeitado, buscamos fazer um contraponto entre as duas noções (de Foucault e Pêcheux) e notamos que, guardadas algumas diferenças, em Orlandi também encontramos a perspectiva de um sujeito que não é totalmente livre de opressões, de sanções. Vejamos:

Não se pode apreender, no discurso, um sujeito-em-si, mas sim um sujeito constituído socialmente, pois não são as intenções que contam, já que as convenções constituem parte fundamental do dizer. (ORLANDI, 1988, p. 10)

---

<sup>5</sup> Esta referência é pelo fato de ser esta série o alvo dessa pesquisa.

<sup>6</sup> Queremos esclarecer que o que foi escrito acima não se configura numa regra, algo estanque e imutável.

Esse trecho nos mostra que o sujeito, mesmo tendo a ilusão de que é livre, e não o é. A autora diz que o sujeito sente-se estranho, dividido “uma vez que os processos discursivos não têm sua origem nele” (ORLANDI, 1988, p.10). Assim, apesar de haver uma certa subjetividade da linguagem, o sujeito é desprovido de ser o centralizador do discurso, ou melhor, aquele que comanda o seu dizer, as suas vontades.

As noções que constituem as ilusões do sujeito são os esquecimentos nº 1 e nº 2 de Pêcheux. Esses são dois conceitos que deram origem a AD: **A Formação Discursiva** e a **Formação Ideológica**. De acordo com Brandão (1994, p.37), “a Formação Discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica.” Já a Formação Ideológica, ainda segundo a mesma autora, “é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais.” (BRANDÃO, 1994, p.90). Faz-se necessário lembrar que “a noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro da análise do discurso. Em função dessa dupla origem, conservou uma grande instabilidade.” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.240)

Sobre Formação Discursiva Foucault (1987), afirma que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 1987, p.43)

Nesta passagem, Michel Foucault caracteriza a formação discursiva de várias formas: como dispersão, raridade, unidade dividida e, ainda, sistema de regras. É com Pêcheux que a noção de Formação Discursiva será reformulada.

Para melhor compreensão, vejamos o conceito de Formação Discursiva segundo Pêcheux:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÉCHEUX, 1997, p.160)

Tomando como base o conceito acima, podemos verificar que as palavras não têm um sentido literal, único, universal e sim, que o sentido atribuído a elas irá depender da formação discursiva do sujeito que a utiliza. Como diz Pêcheux (1997), “seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões, ou proposições mantêm com outras palavras [...] da mesma formação discursiva.” O autor relaciona este conceito à questão da ideologia e à luta de classes.

Sobre Formação Ideológica temos o que propõe Pêcheux (1997) que esclarece: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (p.147). Para o autor, os fatores históricos e ideológicos determinam sobremaneira, o assujeitamento do sujeito, isso se dá porque Pêcheux passa a considerar as noções de Formação Ideológica para Althusser e Formação Discursiva para Foucault e, assim, encontra suporte para a defesa, dentro da AD, de um sujeito livre para um sujeito dito assujeitado.

Como mencionado anteriormente, alguns conceitos serão relevantes para a compreensão desta pesquisa. Ainda na perspectiva da constituição do sujeito e da produção de sentidos em Análise do Discurso, abordaremos também a noção de *Interdiscurso* e *Intradiscurso* a partir de Orlandi (2000). Segundo a autora citada, “interdiscurso é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, é o que chamamos memória discursiva.” (Orlandi, 2000, p.31) Tendo em vista o que foi citado, podemos afirmar que o interdiscurso é o que já foi dito antes por alguém em um determinado lugar, é ainda aquilo que está historicizado, que está na memória de uma maneira muito marcante e é retomado quando necessário e é, principalmente, marcado pela ideologia.

De acordo com Orlandi (2000):

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 2000, p.32)

Ao falar, o sujeito está fazendo uso do que já foi falado anteriormente, ou seja, o sujeito tem em si a constituição do que ele pronuncia, mas não tem controle sobre a forma que essa constituição ocorre. A todo momento o sujeito retoma para si a história e, para isso, recorre à memória, constituindo assim seu discurso.

Além da constituição do sentido, o interdiscurso, o sujeito trabalha, ainda, com a formulação desse discurso, ou seja, intradiscurso. Ao pronunciar seu discurso, o sujeito põe em questão o já-dito e o não dito ou o que está dizendo. Ao agir assim, ele usa o que foi dito e, involuntariamente, esquecido (interdiscurso) e o que está sendo dito naquele momento em uma determinada condição de produção (intradiscurso). Para Orlandi (2000, p. 33), “a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória) [...]”

Tendo em vista o surgimento de um sujeito que não é a origem do seu dizer, mas que o pensa ser, sublinhamos ainda a tentativa, por parte do sujeito, de tornar seu discurso fechado, impenetrável por outros discursos. Sobre essa tentativa de fechamento do discurso podemos encontrar explicação no que é chamado por Pêcheux de esquecimento nº 1 e nº 2.

Temos, no discurso, duas formas de esquecimento denominadas por Pêcheux de nº 1 e nº 2. (No esquecimento nº 1, existe uma espécie de apagamento, “apaga-se para o sujeito o processo pelo qual uma sequência discursiva concreta é produzida ou reconhecida como tendo um sentido” (Orlandi, 1988, p.10). Isso se dá porque o sujeito apaga de sua memória uma dada sequência discursiva em função de outra, atribuindo assim um significado ao invés de outro. No esquecimento nº 1, temos a falsa impressão de que tudo o que falamos tem origem em nós mesmos e que existe somente o significado atribuído por nós ao dizer que somos os primeiros a dizer as palavras que pronunciamos, no entanto, o que de fato acontece é que nesse esquecimento somos afetados pela ideologia e não nos damos conta disso. Por ser este um apagamento total, podemos chamá-lo ideológico ou inconsciente.

**O esquecimento nº 2** é diferente, já que é parcial e inconsciente.

Há uma seleção feita pelo falante, em relação aos processos de produção de uma língua determinada em que ele vai delimitando o que diz e, conseqüentemente, excluindo o que seria possível dizer naquela mesma situação. (Orlandi, 1988, p. 10)

Esse esquecimento dá ao sujeito a impressão de ter um pensamento real, ou dentro da realidade. Para ele, ao proferir o discurso, este se apresenta como sendo um reflexo do seu conhecimento objetivo sobre as coisas. Assim, podemos verificar que o discurso do sujeito não é totalmente subjetivo, pelo contrário, essa subjetividade é aparente, impregnada de vontades. O discurso irá depender das

condições de produção do sujeito, dos lugares em que ele se encontra, dos lugares em que ele passa e não apenas do seu domínio. Aqui, nos dizeres de Orlandi (2000), “formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.”

Nesse desenrolar temos:

[...] os protagonistas do discurso, pela sua inserção como parte de uma ordem social, de uma cultura, não podem ser tomados idealmente, mas sim em relação a um certo lugar que ocupam no interior dessa formação social. Por isso, são, ao mesmo tempo, protagonistas *do* discurso e protagonistas *no* discurso: produzem e estão reproduzidos naquilo que produzem. (ORLANDI, 1988, p. 11)

Com o que foi exposto acima, sublinhamos, mais uma vez, que o sujeito não é absolutamente dono do seu discurso, mas também não é totalmente regrado pelo que vem de fora dele, essa contradição mostra, sobretudo, que o sujeito pode ser flexível e pode mudar de opinião mesmo sofrendo pressões, já que “o espaço da subjetividade, na linguagem, é tenso<sup>7</sup>.”

## 1.1 O DISCURSO

O discurso é o objeto de estudo da **Análise do Discurso**. Ele passou a ser mais estudado e discutido a partir da década de 60, quando surgiu a Análise do Discurso por intermédio de Michel Pêcheux. Este teórico estava vinculado a uma corrente que se propunha estudar os mais variados contextos sociais que envolviam a linguagem. No final dos anos 60, em plena conjuntura intelectual francesa, a Análise do Discurso francesa surgiu como um campo que atravessava várias disciplinas, fazendo-se assim questionadora, principalmente do que era preconizado pela Linguística. Assim, para a AD, o discurso coloca o Linguístico em articulação com a História.

Michel Pêcheux foi o fundador da AD, ele “constituiu um novo objeto – o discurso – que não é o dado empírico, que é diferente do enunciado, que é diferente do texto, que coloca o lingüístico em articulação com a história.” (GREGOLIN, em memo, p. 03)

---

<sup>7</sup> A expressão sublinhada encontra-se no texto “Sujeito e Texto” de Eni Orlandi, 1988.

A análise do Discurso despertou a vontade de saber quais são as condições de produção do discurso de um indivíduo? Por que ele produz determinados discursos? Dessa forma, passou a se preocupar com a interação e a conceber o discurso um espaço histórico e social. Para melhor entendimento, verifiquemos a noção de discurso para Foucault (2006) - e adotada por nós neste trabalho:

[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar [ ] é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce. Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê - para sua maior angústia - carregado de terríveis poderes. (FOUCAULT, 2006, p.12-13)

Logo, percebemos que o discurso não é somente aquilo que é dito, mas também aquilo que não foi dito, mas que constitui sentido. Geralmente esse discurso sofre intervenções, é censurado se assim for necessário. O indivíduo pode e deve ser autor de seu próprio discurso, levando sempre em consideração que ele é sempre carregado de ideologias. O discurso também é histórico e social, ao pronunciá-lo o sujeito se inscreve em um lugar só seu. Além disso, devemos saber que o mesmo sujeito pode proferir vários discursos, essa diferença será determinada pelo lugar que ele estará ocupando naquele momento, ou seja, o mesmo sujeito pode ser pai, marido, filho, irmão, empregado, enfim a posição sujeito definirá o tipo de discurso adotado pelo falante, sempre observando sua posição na sociedade e sua ideologia.

De acordo com Bakhtin (2000), a linguagem é um fenômeno social, histórico e ideológico. Por isso, podemos afirmar que a ideologia se manifesta através do discurso do sujeito. Esse discurso sempre será carregado por outros discursos, ainda segundo o autor citado, sendo assim, não podemos dizer que ele é individual, e sim social.

Sobre a concepção de discurso temos o que afirma Pêcheux:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos [...] (PÊCHEUX, 2002, p.56)

Para o autor citado, sempre existe a possibilidade de uma desconstrução do discurso que está sendo proferido. Tal desconstrução é importante para que ele,

dependendo da ideologia de quem o profere, possa ser reconstruído, levando-se sempre em consideração o fator histórico e social. Ainda para Pêcheux (2002), o sujeito é também resultado de um processo histórico-social, além de ser influenciado pela ideologia. Todos esses aspectos ligados ao sujeito vêm corroborar para marcar o seu discurso.

Em “**A ordem do discurso**”, Foucault (2006) concebe o discurso como algo institucionalizado. Para ele, existem os procedimentos de exclusão que fazem com que o sujeito não seja livre para dizer o que quer e quando quer, e um desses procedimentos é a *interdição*. O autor afirma que essa forma de exclusão do discurso do outro age, principalmente, nos campos da sexualidade e da política e que está diretamente ligada ao desejo e ao poder. Segundo o autor, outra forma muito comum de exclusão do discurso é a oposição *razão x loucura*, onde mostra que há muito o louco é tratado como aquele a quem não se deve dar credibilidade, principalmente quando está em jogo o seu discurso, o qual não pode circular como o dos outros. A terceira forma de exclusão preconizada por Foucault é a *separação entre o verdadeiro e o falso*. Ao falar nessa forma de exclusão, o autor lembra que há muito nós sentimos a necessidade da *vontade de verdade*, sentimento esse que nos leva a acreditar muito mais naqueles que se mostram ou se dizem “donos” do discurso verdadeiro do que em outro qualquer. No entanto, essa vontade foi surpreendida pela separação do discurso verdadeiro e do discurso falso, onde o discurso verdadeiro não é mais aquele que, como antes, era ligado ao exercício do poder. Sobre esse assunto temos:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2006, p. 18)

Essa pressão, dita por Foucault, é verificada por nós até hoje na sociedade. Concordamos que, em certas ocasiões, o discurso do outro é “abafado” pelo discurso do poder que está em vigor. Assim sendo, geralmente o medo acaba por tomar conta do sujeito e, por uma série de fatores que não cabe aqui discutirmos, esse sujeito passa, então, a ser tido como sujeito assujeitado, tornando-se, muitas vezes, refém do seu próprio discurso.

Na análise que buscamos fazer do aluno do Curso de Direito, devemos levar em consideração que este aluno pode passar por algum tipo de interdição do seu discurso, já que essa área é polêmica e de difícil resolução dos problemas que se apresentam, além disso, nem sempre nosso discurso reflete a nossa vontade, mesmo sendo este jurídico. Como sugere o autor acima citado:

O discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e contribuía assim para a sua realização (FOUCAULT, 2006, p. 15)

Julgamos necessário compreender que o sujeito-aluno é perfeitamente capaz de proferir discursos marcados por sua ideologia e sua história, mas, às vezes, é impedido de fazê-lo. Esse impedimento vem do que está imposto, da obrigatoriedade de se respeitar e/ou temer o discurso do outro, por isso o calar.

## 1.2 AUTORIA

Este trabalho tem como foco principal a autoria. Considerando que, em seu terceiro capítulo, faremos uma análise acerca de como se dá a autoria nos textos dos alunos, achamos pertinente, para seu melhor entendimento, abordarmos alguns desses conceitos a partir de teóricos como Foucault (2001, 2006), Orlandi (1993, 1996), Possenti (2002, 2009) dentre outros.

Michel Foucault (2001), na obra “**O que é um Autor?**”, faz a seguinte indagação: “Que importa quem fala?” Nessa fala de Foucault está presente o apagamento do autor, que desde então é tema de muitos debates. Ele desafia todos a descobrir em que locais o autor exerce sua função, onde ele está presente, em que momento ele aparece. Para isso, dá início a uma discussão que tem como foco a **função autor**. Tal função está ligada ao sistema jurídico e institucional. Ainda de acordo com Foucault, tais sistemas determinam e articulam o universo dos discursos. Devemos sempre lembrar que os discursos não são uniformes, eles estão impregnados com a ideologia do momento em que são produzidos.

Foucault (2001) faz uma reflexão sobre a importância do autor em cada época. Segundo ele, o nome do autor torna-se importante a depender da época em

que se encontra marcada determinada obra. Foucault analisa a relação do texto com o autor e sugere que esse autor não para de desaparecer quando enfatiza que: “Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever [...] trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito não pára de desaparecer.” (p.119)

Foucault (2001), em seu texto, aborda ainda a questão do parentesco da escrita com a morte. Aqui, o autor “luta” para não morrer, ou seja, para não desaparecer por completo: “a escrita está atualmente ligada ao sacrifício da vida; apagamento voluntário que não é para ser representado nos livros, pois ele é consumado na própria existência do escritor.” (p.119)

Outra noção importante abordada por Foucault é a **noção de obra**. Ele questiona: “O que é uma obra?” Na realidade essa noção é muito difícil de ser definida. Será que qualquer coisa escrita por nós pode ser considerado uma obra? A dúvida persiste a partir do momento em que se compreende que tudo o que é escrito necessita de um autor, nesse momento torna-se inviável definir como classificar uma obra. Para o autor citado: “A teoria da obra não existe, e àqueles que, ingenuamente, tentam editar obras falta uma tal teoria e seu trabalho empírico se vê muito rapidamente paralisado.” (p.118)

Tomando por base esses pressupostos, podemos partir do princípio de que quanto à autoria do que expressamos, podemos ou não ser tidos como autores. Esta afirmação encontra suporte ao levarmos em consideração o “peso” do nome do autor, já que esse nome não está localizado no estado civil dos homens, como diz o referido autor, mas reflete vários discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura qualquer. Logo, devemos saber que a depender do discurso, uns podem ser providos da função autor, outros não.

Sobre o nome do autor temos:

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si; [...] o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso. (FOUCAULT, 2001, p.113)

Vê-se, dentre outras coisas, que o nome do autor é muito importante para o processo da autoria, segundo Foucault. Ao se ouvir algo, geralmente questionamos: Quem falou? Quem escreveu? E as respostas a tais perguntas mostram que aquele

discurso foi proferido por alguém e que ele não é uma palavra corriqueira, flutuante e, acima de tudo, passageira, ou seja, como diz o próprio Foucault, merecedora de um *status*.

Ser ou não autor está estreitamente vinculado ao tipo de discurso que será proferido. Além disso, está ligado também às ideologias, à história e ao social. O autor é aquele que faz circular seus textos e tem com eles uma relação diferente, de outra forma. Para ilustrar essa informação temos:

O autor [...] é, sem dúvida apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. Especificação possível ou necessária? Tendo em vista as modificações históricas ocorridas, não parece indispensável, longe disso, que a função autor permaneça constante em sua forma, em sua complexidade, e mesmo em sua existência. Pode-se imaginar uma cultura em que os discursos circulassem e fossem aceitos sem que a função autor jamais aparecesse [...] Não mais se ouviriam as questões por tanto tempo repetidas: Quem realmente falou? Foi ele e ninguém mais? Com que autenticidade ou originalidade? E o que ele expressou do mais profundo dele mesmo em seu discurso? (FOUCAULT, 2001, p.11)

Na verdade, ao ouvirmos tais tipos de questionamentos somos levados a crer que, por obrigação, todo discurso deveria ter um autor, no entanto, não é bem assim. Para Foucault, o discurso deve levar em consideração o seu sujeito, aquele que dele faz uso, sempre retratando sua vontade, sua ideologia e o contexto no qual está inserido. Enfim, o autor questiona: “Que importa quem fala?”

Voltando-nos, mais uma vez, ao nosso objeto de estudo, ou seja, os textos dos alunos do Curso de Direito, notamos a importância desse aluno se colocar como autor do que escreve, pois a partir desse momento, ele inscreverá na história o seu nome como autor e não somente um nome próprio como outro qualquer. A importância de tal atitude deve-se ao fato de que tudo que escrevemos e/ou produzimos servirá para deixar marcada na história a nossa contribuição como autores de algo que, no futuro, poderá ajudar na resolução de problemas sociais de grande relevância.

Para Foucault (2001), a partir do século XVII, a função-autor deixou de ser valorizada no discurso dito científico e passou a ter valor maior no discurso literário. Alguns textos somente eram aceitos se trouxessem o nome do autor, isso era sinônimo de credibilidade. Para Foucault (2001), “O anonimato literário não é suportável para nós: só o aceitamos na qualidade de enigma. A função-autor hoje em dia atua fortemente nas obras literárias.” (p.123)

Segundo Michel Foucault (2001), só é autor aquele que, ao escrever, é capaz de estabelecer discursividade, ou seja, aquele que faz com que, a partir de seus textos, surjam outros textos, suscitados pelas discussões estabelecidas no primeiro. Para ele, ao escrever, o autor não será, simplesmente, o autor de suas obras, mas possibilitará a formação de outras obras.

Para maior embasamento sobre o processo de autoria, principalmente no que se refere ao papel da escola, verifiquemos o que é proposto por Orlandi (2004), que sugere que a autoria se estabelece na relação do sujeito com o texto. Para a autora, há um princípio geral que rege a “função-autor”, e diz que este princípio é válido para qualquer discurso.

A autora propõe ainda, que a “função-autor” se estabelece à proporção que quem produz a linguagem assume a origem do que diz. Nesta abordagem, devemos considerar, principalmente, o lugar do discurso, ou seja, o lugar social da produção do discurso, onde é colocado o sujeito do discurso. Tem-se o sujeito como aquele capaz de ser criativo, inventivo, ou seja, capaz de criar algo novo, de escrever algo novo, no entanto, como questiona Orlandi (2004), como ser criativo se os discursos estão carregados de repetições?

O papel da escola no processo de assunção da autoria é de extrema importância para o aluno. Aliás, penso que podemos até afirmar, com segurança, que tal papel é primordial. Ao escrever, o aluno não deve ser apenas escritor ou enunciador do que escreve e/ou fala, mas sim, deve se constituir autor.

Para que isso ocorra, o sujeito-aluno deve ter consciência do seu papel social e de sua relação com a linguagem, pois somente assim ele terá condição de se assumir como autor e se inserir mais profundamente nos textos que escreve. Diante dessa realidade fica a pergunta: **qual é o papel da escola neste processo?** Primeiro, é importante ressaltar que nós, ao abordarmos este assunto, não pretendemos, de forma alguma, dar nenhuma receita aos professores de Língua Portuguesa, muito menos esgotar as discussões sobre o tema em questão. Depois, queremos com esta abordagem, contribuir para que a escola, principalmente a que é alvo dessa pesquisa, desenvolva com mais coerência e consciência o seu trabalho com a escrita e, conseqüentemente, com a autoria dos alunos.

Para fazer valer o que se espera da escola, ou seja, que ela contribua com a passagem do aluno de escritor para autor, de antemão é imprescindível que o aluno saiba que, como sujeito, ocupa posições diferentes dentro de um mesmo texto,

sendo assim, podemos considerar que o sujeito é heterogêneo<sup>8</sup> em seu universo discursivo.

No artigo intitulado **Nem escritor, nem sujeito: apenas autor**, de Eni Orlandi (1993), a autora retrata, de forma muito clara, o que conhecemos como condições de produção da leitura e da escrita. Segundo ela, “o sujeito está, de alguma forma, inscrito no texto que produz.” (1993, p.76). A autora esclarece que o que interessa é saber as várias formas de inscrições do sujeito no texto, que representam as várias posições que ele ocupa na sociedade e indicam suas diferentes funções enunciativo-discursivas.

Orlandi (1993) propõe, baseada no *princípio da autoria* de Foucault (1971), uma outra função enunciativa do sujeito, a de autor. Este princípio sugere que o autor está na base da coerência do discurso. Vale lembrar que, para Foucault, o princípio da autoria não é válido para qualquer discurso, nem de forma constante, já Orlandi (1993) amplia essa noção.

Quanto a isso a autora citada enfatiza:

Diríamos que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. (ORLANDI, 1993, p. 77)

Podemos perceber claramente que a autora propõe que coloquemos, hierarquicamente, a função discursiva autor junto às de locutor e enunciador, Assim, na ordem, locutor, enunciador e autor, segundo ela, “teríamos uma variedade de funções que vão em direção ao social.” (p.77)

Retomando o contato com o *Corpus* deste trabalho, percebemos em nossa prática de sala de aula, certa acomodação por parte de alunos e professores em relação à autoria de suas produções. Tal acomodação deixa transparecer que os sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, sentem-se, de certa forma, presos às velhas estruturas, ou seja, não têm coragem e/ou não se sentem à vontade para se libertar do que há muito está posto, ou seja, as velhas formas de escrever, as mesmas estruturas, os mesmos gêneros. Sendo assim, existe de nossa parte grande preocupação em relação à autoria dos textos de alunos de graduação,

---

<sup>8</sup> A noção de **Heterogeneidade** será apresentada, mais adiante, a partir de Jaqueline Authier-Revuz.

especialmente do Curso de Direito, por ser o universo pesquisado por nós, por notar que estes ainda não se deram conta de que podem e devem ser autores do que escrevem não meros enunciadores ou escritores dos discursos de outrem.

Segundo Orlandi:

A realidade social em que vivemos não aceita mais um aluno sujeito-enunciador, mas precisa de um aluno sujeito-autor atuante, crítico, autônomo e participante que, a partir da sua autoria e a partir da realidade, esteja apto a interpretá-la e analisá-la, saindo da situação sujeito-acomodado e reprodutor de modelos textuais. Essa tarefa cabe ao professor de português. (ORLANDI, 2003, p.33)

De fato, atualmente a nossa realidade é outra. Não podemos mais ficar inertes diante das diversas situações do cotidiano, fazendo de conta que “o mundo não gira à nossa volta”. Temos sim que assumir nossa posição diante do que nos rodeia e sermos capazes de, como diz Foucault (2001) estabelecer discursividade a partir dos textos produzidos por nós.

Ainda seguindo o que retrata Eni Orlandi (1993), acreditamos que o aluno exita em se posicionar como autor porque é cobrada dele uma posição que, na maioria das vezes, ele não consegue ocupar. Segundo a autora citada, do autor são exigidas, dentre outras coisas, “coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso, quanto às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras; originalidade; relevância” (p.78). Dessa forma, fica claro que essas exigências irão tornar o sujeito visível e, sendo visível, ele torna-se um sujeito controlável, de fácil identificação, deixando à mostra suas intenções e objetivos como autor.

Ao tentar assumir o papel de autor, o aluno deve ter o apoio incondicional da escola, pois é lá que ele, geralmente, aprende a escrever. Para que o sujeito se coloque como autor, ele deve ultrapassar, na elaboração do texto, a imanência da língua para um envolvimento maior com o que está à sua volta, ou seja, com a sua exterioridade, sem esquecer, é claro, de olhar também para si. Agindo assim, o sujeito, que estamos chamando aqui de sujeito-aluno, aprende a se assumir como autor e, o que é mais importante, a assumir as consequências trazidas pelo desempenho deste papel. Sobre este aspecto da autoria temos o que propõe Orlandi (1993, p. 79): “O autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social

em que está inserido.” O que Orlandi nos mostra aqui é de grande relevância para pensarmos, mais uma vez, sobre qual é o nosso papel, na escola, enquanto professores de Língua Portuguesa, e qual deve ser a nossa contribuição para que o sujeito-aluno se assuma como autor de seus textos.

Mais uma vez iremos nos voltar para a responsabilidade da escola no processo de assunção da autoria nos textos escritos pelo sujeito-aluno. Como a escola deve proceder? Qual será seu papel nesta transformação? De acordo com Orlandi:

O que tem faltado quando se pensam as condições de produção da escrita, na escola, é compreender o processo em que se dá a assunção, por parte do sujeito, de seu papel de autor. Essa assunção implica uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. (ORLANDI, 1993, p. 79)

Depreende-se, assim, que, para ser autor, o sujeito-aluno precisa aprender a assumir outra postura diante da instituição que é a escola e, não só na escola, mas em outras instâncias, assumir o seu papel social na sua relação com a linguagem, ou seja, o papel da escola fica claro, é ajudar o aluno a não ter receio de mostrar-se como autor. Para que isso ocorra satisfatoriamente, o professor deve ter a preocupação de, nas palavras de Orlandi (p.79) “dar a conhecer ao aluno que o processo de ‘aprender a escrever’ o engaja” e, agindo assim ele passará de enunciador a autor.

Ser autor é, em nosso entender, diferente de ser enunciador. E, uma das grandes diferenças reside na responsabilidade da autoria. Ao enunciar algo o sujeito pode assumir várias posições sociais, ao passo que para ser autor, ele deve ser responsável por um único discurso e que seja coerente e consistente. Aqui fica marcada a dispersão do sujeito, enquanto enunciador, e sua inserção no processo de autoria de seu discurso.

Sobre a responsabilidade da autoria temos o que sublinha Orlandi:

A responsabilidade do autor é cobrada em várias dimensões: quanto à unidade do texto, quanto à clareza, quanto à não-contradição, quanto à correção, etc. Exige-se uma relação institucional com a linguagem. (ORLANDI, 1993, p.80)

Como mencionado anteriormente, do sujeito é cobrada uma relação muito mais forte com a linguagem para que ele se constitua autor e, nessa relação ele tem que assumir a responsabilidade por seu discurso. No decorrer desse processo, a

escola tem papel fundamental, pois, como instituição de ensino que é deve reconhecer no aluno não um sujeito qualquer, mas um sujeito vinculado à realidade da escola e à sua própria realidade, dessa forma, estaremos falando da formação do autor, de uma das várias formas de representação desse sujeito.

Sobre a noção de autoria temos ainda o que sublinha Solange Gallo em seu artigo intitulado, **Autoria: questão enunciativa ou discursiva?** A autora fala em efeito-autor. Segundo ela “é o efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante.” (GALLO, 2004, p.03)

O efeito-autor, para Gallo (2004), encontra lugar na inquietação do sujeito diante de duas formas discursivas instituídas. O sujeito, ao se por a par de tais formas e não concordar com nenhuma delas entra em confronto com elas e, após este embate, surge uma terceira forma discursiva, que é aquela na qual o sujeito acredita e confia, fazendo surgir assim o efeito-autor.

Para ilustrar tal discussão temos:

A função-autor tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito do discurso, ou seja, tem a ver com a heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante, que ganha aí seu movimento e sua unidade sem perder, com isso sua dominância. (GALLO, 2004, p. 03)

Com esse excerto fica claro que a função autor depende da forma como o sujeito do discurso se põe diante desse discurso. A partir disso, ele assume sua posição social e se inscreve historicamente, levando em conta sua formação discursiva dominante.

Retomando o discurso de Orlandi (1993) sobre a questão da autoria, somos convidados a refletir sobre o nosso papel como professores de português, produção textual, bem como de outras disciplinas, já que todas elas exigem que o sujeito-aluno escreva e se inscreva frente às questões do dia a dia. Como já abordamos anteriormente, devemos nos sentir responsáveis, em parte, pela assunção da autoria dos alunos em relação aos seus textos, mostrando para eles a importância de se colocar, de forma crítica quanto às questões da sociedade como um todo.

Para nos posicionarmos sobre autoria, adotaremos o conceito preconizado por Orlandi (1993), que diz que devemos sempre levar em consideração o contexto de nossas produções, sempre pensando na finalidade de nossa escrita, para quem escrevemos. Ao agirmos assim, acreditamos ser possível tornar o processo de

autoria mais viável. Como foi discutido no decorrer desse trabalho, para alguns, ser autor é ser capaz de, a partir de sua discussão, de suas ideias fazer surgir outras ideias, estabelecendo assim o processo de discursividade (FOUCAULT, 2001).

Já para outros, a autoria pode se manifestar em qualquer contexto, desde que o sujeito assuma a “origem” do que diz, ou seja, se coloque como produtor de linguagem (ORLANDI, 1993). Segundo a autora, o autor não poderia ser entendido como indivíduo, mas como uma posição social em que está ou na qual é colocado, tornando-se assim o sujeito do discurso. Assim sendo, procuraremos nós nos inserirmos como produtores de linguagem para sermos autores do que expressamos no dia a dia.

## **CAPÍTULO II**

### **2. O SUJEITO E A ESCRITA**

Para elucidar com mais clareza a questão principal deste trabalho, a autoria, procuraremos nos voltar para o que preconizam alguns autores sobre o assunto. Antes, porém, queremos lembrar que o nosso objetivo principal é observar de *que forma se dá a assunção da autoria nos textos escritos dos alunos iniciantes do Curso de Direito*. A partir disso, procuraremos descobrir se o sujeito-aluno se insere ou não como autor de seus textos e como isso ocorre.

Para a análise do *Corpus*, partiremos do que já está posto, isto é, levaremos em consideração o que o aluno já conhece, sua formação, enfim, sua condição de produção, daquilo que ele já traz consigo para a construção do seu discurso, pois todos esses aspectos se mostram de grande importância para a constituição do sujeito-autor. Além desses aspectos, usaremos como categorias de análise as noções de Heterogeneidade mostrada e constitutiva, de Authier-Revuz (1998), tendo como base a Teoria das Relações – dialogismo – a partir de Bakhtin (2006).

#### **2.1 DIALOGISMO**

Para iniciarmos a reflexão sobre o Dialogismo, preponderante em Bakhtin, é importante fazermos um breve retorno à questão do sujeito do discurso ou da enunciação.

Ao contrário do que sugere Benveniste em relação ao sujeito, Bakhtin (2006), defende um sujeito essencialmente historicizado, ou seja, um sujeito marcado pela história. Além disso, marcado também pela ideologia e pelo social. Para esse autor, a noção de história é preponderante para definir o sujeito, pois ele sempre está inscrito em um tempo e em um espaço.

Para compreender o pensamento de Mikhail Bakhtin, faz-se necessário fazermos um mergulho em um mundo envolto em relações dialógicas, pois nesse mundo, segundo o autor, o sujeito somente se constitui à medida que vai ao encontro de um outro sujeito. Para Bakhtin (2006, p.160), “O diálogo – a troca de palavras – é a forma mais natural de linguagem.” Sendo assim, podemos perceber a

importância dos pensamentos Bakhtinianos para a constituição do sujeito, pois esse sujeito é dialógico e não existe sem um outro que o ouça, o compreenda, o responda, enfim, que interaja com o *um*.

Ainda sobre o dialogismo Bakhtin afirma que:

Os enunciados longamente desenvolvidos, ainda que eles emanem de um interlocutor único – por exemplo, o discurso de um orador, o curso de um professor, o monólogo de um ator, as reflexões em voz alta de um homem só – são monólogos somente em sua forma exterior, mas em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógico (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2006, p. 161.)

Podemos perceber, diante dessas afirmações, que o sujeito está em constante interação verbal com um outro sujeito, não importando se esse outro está face a face, ou em outra situação de comunicação. Nessa relação dialógica, que permeia o Círculo de Bakhtin, o que se nota enfaticamente é a presença do outro, seja de que modo for. O autor deixa claro que o dialogismo está inserido em todas as relações de comunicação no dia a dia, em todos os discursos que configuram uma sociedade. Diz que o enunciador ao proferir seu discurso, leva em consideração o discurso do outro e dele espera uma resposta, seja ela escrita, falada ou, até mesmo, apenas compreendida.

Quanto a tal questão temos:

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa [...] toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (BAKHTIN, 2000, p. 290)

Na noção de Dialogismo de Bakhtin, fica claro que seu interesse é por análises feitas a partir das relações dialógicas entre os sujeitos, no plano do discurso, e não no sentido rigoroso da língua, em análises linguísticas. Para ele, “a língua não é o reflexo das hesitações subjetivo-psicológicas, mas das relações sociais estáveis do falante” (2000, p. 153).

Outro aspecto importante do dialogismo de Bakhtin é que, ao tratar do texto como objeto das ciências Humanas, o autor aponta duas diferentes concepções do princípio dialógico: a primeira diz respeito ao diálogo entre interlocutores enquanto a segunda aborda o diálogo entre os discursos.

BARROS (1999), em seu artigo **Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso**, esclarece que: “A alteridade define o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro” (1999, p.26).

Vê-se, dessa forma, que é impossível, de acordo, com o princípio dialógico emitirmos um enunciado sem que estejamos nos remetendo a outrem, sem que estejamos dialogando, de alguma forma, com um outro sujeito. Ao escrever, nós o fazemos para que alguém leia e, a partir dessa leitura, nos emita uma resposta e, assim, nesse “jogo de interação”, os sujeitos vão se completando e se entendendo cada vez mais, por isso, nos dizeres de Bakhtin (2000), todo discurso é constituído por vozes sociais múltiplas, sendo assim, podemos dizer que o discurso, em sua constituição é heterogêneo.

Como dito anteriormente, Bakhtin sugere duas concepções de Dialogismo: a primeira é a interação entre interlocutores. De acordo com BARROS (1999), *in: Diálogos com Bakhtin*, “Bakhtin vai mais longe que os saussurianos, pois, considera não apenas que a linguagem é fundamental para a comunicação, mas que a interação dos interlocutores funda a linguagem.” (p.28). Segundo a autora citada, Bakhtin opta por essa definição de Dialogismo levando em consideração sua “opção pelo social”, traçando assim, uma oposição entre o social e o individual.

Diante dessa concepção, vale lembrar que a opção de Bakhtin pelo social é perfeitamente justificada ao fazermos um retorno à sua noção de sujeito social. Para o autor, o sujeito é caracterizado por estar inserido em uma determinada classe social e fazer parte da construção dos discursos dessa classe, ou seja, contribuindo com suas ideias, opiniões, crenças, vontades e, acima de tudo, dialogando com outros sujeitos e interagindo com outros discursos.

A segunda concepção de Dialogismo para Bakhtin é a do diálogo entre os discursos. Nessa concepção, o autor considera que o discurso não é individual.

Segundo BARROS (1999):

Não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um ‘diálogo entre discursos’, ou seja, porque mantém relações com outros discursos. (BARROS, 1999, p. 33)

Considerando o que foi citado anteriormente, parece-nos muito claro que os discursos interagem na sociedade a todo o momento. Partindo também desse princípio é que iremos analisar os textos colhidos para nossa pesquisa e tentar descobrir até que ponto o sujeito aluno se insere em seus textos fazendo uso de sua voz. Nosso objetivo é descobrir se o aluno apenas toma para si o discurso de outrem ou se ele se insere no discurso de uma forma direta, demonstrando, assim, que também tem voz, participando ativamente do processo de interação verbal. O discurso, como vimos, é social, na concepção de Bakhtin, concepção esta que também é adotada por nós neste trabalho, por concordarmos que o sujeito está em constante interação verbal, estabelecendo, assim, frequentemente, com “seu outro”, uma relação dialógica no discurso. Sobre este assunto, Bakhtin (2006) afirma que ignorar a natureza dialógica da linguagem é o mesmo que apagar a ligação que existe entre a linguagem e a vida. “A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida.” (p.99)

Voltando-nos, novamente, para o nosso *Corpus*, pensamos ser de grande valor para a análise deste trabalho as concepções de Dialogismo trazidas por Mikhail Bakhtin, visto que um dos nossos objetivos é descobrir como o aluno da série inicial do Curso de Direito assume ou não a autoria do seu discurso, ou seja, se ele se insere ou não nos textos que escreve e, caso isso ocorra, como se dá essa assunção. Tendo, portanto, o discurso uma natureza dialógica, o sujeito aluno deverá marcar mais claramente a sua voz, sempre considerando as outras vozes presentes no discurso, reconhecendo, assim, também o diálogo entre os interlocutores.

Todo discurso, como se vê, necessita da presença de um *eu* e de um *tu*, pois, é neste momento, no processo de interação que é construído o sentido do texto, do discurso, das palavras e, acima de tudo, dos sujeitos envolvidos. O discurso não é homogêneo, sendo assim, ao haver enunciação deve haver também a instituição de um *tu* por um *eu*, formando-se assim uma estrutura dialógica e reafirmando os pressupostos Bakhtinianos que dizem que os discursos são constituídos por um limite, uma fronteira entre o que é seu e o que é trazido pelo outro.

## 2.2 HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Jaqueline Authier-Revuz (1998), partindo da teoria da análise do discurso francesa, incorpora ao que nós conhecemos sobre o Dialogismo de Bakhtin, a noção de Heterogeneidade Discursiva. Essa concepção apoia-se no fato de um discurso não ser homogêneo, não ser uno, e trazer para si marcas de modalização, gêneros diferentes, enunciados que são de outros discursos e não apenas do discurso produzido por um único sujeito. A presença de outros discursos, aliás, é marcante na heterogeneidade de Authier-Revuz (1998).

A autora retrata, basicamente, dois tipos de heterogeneidade que são: **a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada**. De acordo com Authier (1998), a Heterogeneidade Constitutiva é aquela que não se mostra no fio do discurso, ou seja, o discurso do outro está lá, está inscrito no seu discurso, no entanto, mesmo estando presente, não se nota sua presença marcadamente, claramente, ele fica infiltrado no discurso sem se mostrar.

Para melhor entendimento da noção de heterogeneidade constitutiva podemos dar como exemplo o discurso de autoridade ou argumento de autoridade. Muitas vezes, o enunciador, ao proferir seu discurso, faz uso de argumentos que não são seus para reforçar sua tese. Ele usa o que chamamos de argumento ou discurso de autoridade para mostrar ao seu interlocutor que está embasado em alguém, no entanto, apesar de ser este seu objetivo, nem sempre a pessoa do discurso é mostrada, sua identidade é constituída dentro do discurso citado e, dessa forma, o discurso de outrem “aparece” no fio do discurso, mas não explicitamente.

Ainda sobre a Heterogeneidade Constitutiva vale ressaltar que se refere a um nível do inconsciente onde o sujeito “esquece” do princípio do seu discurso, do seu dizer. Esse “esquecimento” é posto na origem do dizer como se fosse o início de tudo, sendo assim, nos faz voltar ao “esquecimento número um”, de Michel Pêcheux, onde o sujeito coloca-se também na origem do dizer levado por um “apagamento” do que determina os sentidos do seu dizer.

Ao contrário da Heterogeneidade Constitutiva temos a Heterogeneidade Mostrada. Sobre esta noção Authier-Revuz (1998) enfatiza que,

é a representação que um discurso dá, em si mesmo, de sua relação com o outro, do lugar que ele cria, explicitamente, designando, na cadeia do

enunciado, por meio de um conjunto de marcas lingüísticas, pontos de heterogeneidade (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118).

Como vimos na citação acima, a heterogeneidade mostrada tem o poder de inscrever explicitamente o outro na sequência do discurso, sendo assim constituído sempre de outros discursos, não sendo único, homogêneo, intransponível.

Nas palavras de Authier-Revuz (1998), a heterogeneidade mostrada corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso. Ela pode ser marcada e não-marcada. Sendo marcada, encontramos a presença de discurso direto, indireto, aspas, glosas, negação, dentre outras formas que denunciam a presença do discurso do outro. Quando é não-marcada, encontramos o discurso indireto-livre, as alusões, a ironia, o pastiche, dentre outras formas que não deixam antever, claramente, o discurso do outro.

BRANDÃO (1994), ao abordar a noção de Heterogeneidade Discursiva de Authier-Revuz enfatiza que:

- no discurso indireto, o locutor, colocando-se enquanto tradutor, usa de suas próprias palavras para remeter a uma outra fonte do 'sentido';
- no discurso direto, o locutor, colocando-se como 'porta-voz', recorta as palavras do outro e cita-as;
- nas formas marcadas, o locutor inscreve no seu discurso [...] as palavras do outro, mostrando-as, assinalando-as [...] funcionando como 'marcas de uma atividade de controle-regulagem do processo de comunicação';
- nas formas mais complexas em que a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase. É o caso do discurso indireto livre, da ironia (aqui se faz uma 'brincadeira' com o discurso do outro, não mais deixando-o claro, visível, transparente – grifo meu). Aqui não há uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro, as vozes se imiscuem nos limites de uma única construção lingüística. (BRANDÃO, 1994, p.50)

Novamente, considerando a noção de Heterogeneidade, podemos nos dar conta da relevância da presença do outro no discurso e, além disso, da sua constante presença, por mais que, algumas vezes queiramos ou sintamos necessidade de negá-la. O outro não faz parte apenas da construção do texto, mas também da construção do sentido. Ele está lá para contribuir, para dialogar, para

sugerir e é este o suporte utilizado por Authier-Revuz (1998) para explicar a heterogeneidade discursiva.

Tendo feito este percurso teórico sobre as noções de Dialogismo e Heterogeneidade Discursiva, nos voltaremos para o cerne deste estudo, a autoria, já que é a partir desta noção que tentaremos, por intermédio dos textos dos alunos, descobrir se eles se colocam ou não como autores do que escrevem e, caso isso se confirme, como se dá essa assunção. Consideramos importante enfatizar que levando em conta o *corpus* da pesquisa é válido destacar que para a análise que iniciaremos a seguir, no capítulo III deste trabalho, evidenciaremos, dentre outros fatores que já foram citados anteriormente, as marcas de autoria como: o léxico, o entrelaçamento de ideias do aluno com as do palestrante, a posição do aluno perante o texto escrito por ele, as marcas de oralidade deixadas, além das coincidências ou não do uso de termos que correspondam ao tema abordado na Palestra: A História do Direito.

## CAPÍTULO III

### 3. O SUJEITO ALUNO E A FUNÇÃO AUTOR

#### 3.1 A AUTORIA EM TEXTOS DE ALUNOS DO 1º ANO DO CURSO DE DIREITO

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, vemos como de grande importância fazermos a retomada de como se deu a coleta de dados para o desenvolvimento deste estudo, que tem como foco a autoria em textos de alunos do primeiro ano do Curso de Direito de uma faculdade particular da cidade de Rio Branco-AC.

O *Corpus* que iremos analisar é composto por textos escritos por alunos da série inicial do Curso de Direito de uma faculdade particular. Estes textos foram escritos a partir de uma exposição oral – palestra – ministrada sobre o tema A História do Direito, proferida pelo Professor Mestre Francisco Pereira Costa, do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre.

Após a exposição oral feita pelo professor foi solicitado aos alunos do primeiro ano que escrevessem um texto sobre o tema exposto. Para a escrita do referido texto não foi estipulado gênero, deixando, assim, que os próprios alunos escolhessem o gênero a ser utilizado. Por isso, vários foram os gêneros escolhidos, tornando, dessa forma, o *Corpus* da pesquisa bem diversificado.

Dentre os textos coletados para a pesquisa, encontramos uma grande diversidade, como dito anteriormente, tais como: relatório, pesquisa, narração, descrição, transcrição e comentário. Vale ressaltar que os textos, em sua maioria, são comentários da palestra proferida pelo professor convidado. Tal diversidade de gêneros nos mostra, de certa forma, que o sujeito-aluno sabe que pode utilizar várias formas para se expressar por escrito, tornando-se assim independente, mesmo sem ter pleno conhecimento das possibilidades que cada gênero oferece.

Embora não tenhamos estabelecido um gênero específico para guiar a produção do aluno, não poderemos nos eximir da responsabilidade de, mais uma vez, neste trabalho, trazer à tona a importante questão dos Gêneros do Discurso. Para o sujeito-aluno o gênero não foi estipulado, no entanto, o professor convidado se utilizou do gênero **palestra** para passar as informações sobre o assunto abordado em sua fala.

A palestra, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2008, p. 604), “é a exposição oral sobre tema cultural, científico, etc., ministrada a público.” Dessa forma, não poderemos deixar de incluí-la na categoria de gênero secundário, a partir da noção de gênero em Bakhtin, pois tem características mais rebuscadas, complexas, retóricas, enfim, mais voltadas para o mundo científico. Sabemos, também, que se trata de um gênero discursivo da oralidade, com características próprias da dissertação expositiva, sendo este, acreditamos, um meio de interação entre os sujeitos envolvidos no processo discursivo.

Pautados por uma análise quantitativa, optamos por não pormenorizar, neste trabalho, a quantidade específica, por gênero, da produção dos alunos. Sendo assim, o que julgamos importante, aqui, é esclarecer e, talvez, até repetir o que foi exposto no início do segundo capítulo, que alguns gêneros foram encontrados, mas a predominância foi do gênero comentário, ou seja, na maioria dos textos colhidos os alunos se preocuparam em comentar o que o palestrante havia falado durante sua exposição. A partir dessa constatação surge uma preocupação: o que teria levado os alunos a agirem dessa forma? A prática escolar? O desconhecimento da diversidade de gêneros disponíveis?

Infelizmente, acreditamos que tudo isso se deve às práticas escolares adotadas há muito nas salas de aula. Os alunos são levados a repetir o que ouvem, sem se preocupar com as críticas ao texto, com as contribuições, ou seja, com uma forma de se inserir no que estão debatendo, discutindo, e essa atitude pode levá-los a ser “reféns” de discursos com os quais eles não concordam e/ou não compartilham.

Essas práticas “engessadas” que a escola oferece, ainda são admiradas por muitos na sala de aula, por acreditar que este tipo de ensino ainda é válido e pertinente para o aluno, que o levará a trabalhar bem com textos no futuro. No entanto, sabemos que no dia a dia as coisas não acontecem assim, pois nas palavras de Bakhtin (2000) “Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, [...] todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo.” (p.301). Dessa forma, fica evidente que o gênero a ser usado irá depender da necessidade do locutor no momento da locução.

A seguir, analisaremos, nos textos que compõem o *corpus* da nossa pesquisa um **esquema**, um **comentário**, um **relatório** e uma **transcrição**. Vale

ressaltar que os textos foram escolhidos levando em consideração a diversidade de gêneros apresentada e a afinidade entre teoria e análise.

Além desse aspecto, julgamos necessário esclarecer, mais uma vez, que a produção dos alunos partiu da oralidade, ou seja, da oralidade de um texto escrito, já que o palestrante para proferir a palestra, escreveu antes o que iria falar e depois fez sua exposição.

Durante nossa caminhada como professora da disciplina Análise e Produção de Textos Jurídicos tivemos (e ainda temos) a oportunidade de desenvolver diversos trabalhos com os alunos sobre leitura e interpretação de gêneros diversos. A Faculdade da Amazônia Ocidental sempre demonstrou ter grande preocupação com o fato de os alunos terem contato com a leitura e a produção de textos desde o 1º ano do curso, principalmente levando em consideração ser o Curso de Direito lugar de grandes reflexões acerca das questões históricas e sociais. Dessa forma, contempla em suas ementas abordagens desse tipo com o intuito de preparar, cada vez mais, os seus alunos para a compreensão das relações humanas, históricas, ideológicas e sociais, com as quais eles irão se deparar em seu percurso como profissionais da área jurídica.

Iniciaremos a análise pelo esquema, que segundo o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda (2008), quer dizer, dentre outras coisas, “esboço, resumo”.

## **TEXTO 1:**

### ***PALESTRA SOBRE A HISTÓRIA DO DIREITO***

*A História do Direito se confunde com a história da Humanidade.*

*O Direito Brasileiro tem como base o Direito Romano e Canônico.*

*O Positivismo é uma corrente Teórica, que se baseia nos fenômenos da natureza.*

*O Positivismo começou com Max no final do século XIX.*

*Dialética – Ver a sociedade em que nela está embutido de contrários (caos) e não linear.*

*Há duas classes: Burguesia e Proletariado.*

*O Positivismo aplicado ao Direito criou Normas (regras) para legitimar, para que não haja contrários.*

*Como a História pode ser aplicada ao Direito? É através da pesquisa Empírica nas fontes de primeira mão. Ex: jornais, processos, revistas, etc.*

*A pesquisa empírica tem o poder de revelar aquilo que está escondido.*

*O poder Judiciário não é absoluto.*

*A Oralidade é a fala de quem presenciou, é a contribuição para construção do direito.*

*O Inquérito é a busca da verdade Real.*

*A Pesquisa histórica Jurídica deve olhar de forma não dogmática.*

*A Pesquisa deve olhar para o Direito a partir da História.*

*O Direito Legalista – Aplicação da lei ao pé da letra.*

*O Direito Alternativo – Usos e Costumes, analogia.*

*Pergunta – Em que ano ou Período é estudado a História do Direito?*

*Resposta – Na UFAC, a disciplina História do Direito é estudada no 1º Período.*

*Comentário do Aluno: A palestra foi voltada para a compressão (sic) do sentido autêntico do Direito. Acho que seu objetivo foi atingido. A meu ver, tal disciplina teria que ser obrigatória na FAAO.*

- X -

O primeiro texto a ser analisado é um esquema, como dito anteriormente. Para efeito de identificação, iremos nos reportar ao produtor do primeiro texto como **A1**. Nesse gênero, encontramos, grosso modo, algo que corresponde a uma “radiografia” do texto, ou seja, as palavras não são usadas de maneira excessiva e sim, dispostas em forma de frases ou tópicos que, a primeira vista, estão isolados, não formando um todo com sentido, um nexos. Esclarecemos aqui que o esquema é uma preparação para um resumo.

**A1** se utiliza, em alguns momentos do seu texto, de letras maiúsculas, demonstrando, dessa forma, querer estabelecer uma relação de respeito com as palavras utilizadas por ele: “*A História do Direito se confunde com a história da Humanidade.*” Nota-se que nem todos os termos escritos no esquema trazem as iniciais maiúsculas como de fato não seria para trazer, no entanto, em algumas

situações **A1** faz uso da mesma palavra de forma diferenciada, como na frase mostrada em que encontramos a palavra história grafada de duas formas diferentes.

Este comportamento de **A1** em relação ao uso das palavras nos remete ao que sustenta Bakhtin: “A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida.” (2006, p.99). Aqui fica evidente que **A1** toma para si o dever de respeitar e, acima de tudo, valorizar os conceitos usados no esquema que ele fez a partir da palestra que ouviu. Vejamos outros exemplos: “*O Direito Brasileiro tem como base o Direito Romano e Canônico.*” Neste trecho, podemos notar que o mesmo acontece. Termos como Direito, Brasileiro, Romano e Canônico, são utilizados com inicial maiúscula, demonstrando que o sujeito aluno transfere para sua escrita as marcas históricas, ideológicas e sociais do uso das palavras no dia a dia.

Em se tratando dos recursos linguísticos utilizados, **A1** não apresenta desvios gramaticais graves, pois como aluno de direito, demonstra preocupação com a sintaxe. Por outro lado, a escolha do gênero esquema limitou o desenvolvimento do seu texto, já que, neste tipo de texto as abordagens são drasticamente reduzidas. Outro ponto importante a ser explorado no discurso de **A1**, é que ele se inscreve no campo lexical pertencente à formação discursiva jurídica e, dessa forma, **A1** dialoga com os diversos textos apresentados a ele, tanto na sala de aula como, e, principalmente, na palestra que ouviu. Essa posição assumida por **A1** no texto nos faz retomar os dizeres de Bakhtin (2000), para quem todo texto é constituído na interação que ocorre entre os interlocutores e, ainda, na relação de um texto com o outro, formando, assim, uma relação dialógica.

Outro aspecto interessante do texto de **A1** é o fato de que ele traz em si as marcas da Heterogeneidade, ou seja, deixa claro que seu discurso não é homogêneo, e sim, marcado por passagens de outros discursos, no caso o discurso do palestrante. Isso se dá, principalmente, quando **A1** faz uso do discurso relatado, utilizando-se do discurso indireto para transmitir sua mensagem, como veremos a seguir: “*A Oralidade é a fala de quem presenciou, é a contribuição para construção do direito.*” Trecho citado a partir de (COSTA, 2007). De acordo com Authier-Revuz (1998), ao se utilizar do discurso indireto, o locutor põe-se como uma espécie de tradutor do discurso do outro. Para isso, faz uso de suas próprias palavras para expressar os dizeres e sentidos do discurso de outrem.

A relação dialógica existente entre **A1** e a palestra assistida por ele é evidente no decorrer de todo seu texto, principalmente quando ele expressa conceitos abordados pelo palestrante. *“O Inquérito é a busca da verdade Real. A Pesquisa histórica Jurídica deve olhar de forma não dogmática. A Pesquisa deve olhar para o Direito a partir da História.”* Trecho citado a partir de (COSTA, 2007). Essa forma de inserção de **A1** no texto do palestrante<sup>9</sup> é dialógica e retrata o discurso direto, pois segundo Bakhtin (2006, p.151): “Não existem formas sintáticas com a função de construir a unidade do diálogo. Se o diálogo se apresenta no contexto do discurso narrativo, estamos simplesmente diante de um caso de discurso direto.”

A partir das observações acima, percebemos que o discurso de **A1** apresenta fortes indícios de autoria. Depreendemos isso, principalmente, considerando a noção de autoria a partir de Eni Orlandi (2004), quando enfatiza que a autoria se estabelece na relação que o sujeito mantém com o texto. **A1** se apropria de seu texto e determina o gênero a ser usado e o que será colocado nele. Essa relação é bem nítida quando o sujeito (**A1**) se permite elaborar uma pergunta e uma resposta para a questão que, aparentemente, julgou mais relevante na palestra que ouviu:

*“Pergunta – Em que ano ou Período é estudado a História do Direito?”*

*Resposta – Na UFAC, a disciplina História do Direito é estudada no 1º Período.”*

Com a elaboração de pergunta e resposta sobre este assunto, o que se pode inferir é que, **A1** julga importante o estudo da História do Direito e, além disso, faz uma crítica por não haver em sua grade curricular tal disciplina. Nota-se esse aspecto quando **A1** enfatiza, em sua resposta, que *“Na UFAC, a disciplina História do Direito é estudada no 1º Período.”* De acordo com Orlandi (2004), a “função autor”<sup>10</sup> se estabelece à medida que o sujeito se coloca na origem do dizer, enquanto produtor de linguagem.

Seguindo nesta mesma perspectiva, é interessante observarmos que, para Foucault (2006), **A1** não seria considerado autor, já que, para ele, **A1** não é *Fundador de Discursividade*, ou seja, outros textos não foram suscitados a partir do

---

<sup>9</sup> Esta afirmação é feita levando em consideração a leitura realizada nos outros textos colhidos.

<sup>10</sup> Essa expressão foi tomada de empréstimo de Michel Foucault.

seu. Convém ressaltar que essa noção foucaultiana é discutida por outros estudiosos. Orlandi (2000), por exemplo, afirma que para ser autor o que importa é o lugar social ocupado pelo sujeito, além de sua relação com o texto e, principalmente, a responsabilidade que o autor assume pela sua produção.

Encerrando a análise do primeiro texto do nosso trabalho, encontramos outro forte indício de autoria. **A1**, no final do seu esquema sobre A História do Direito, insere o que chama de Comentário do Aluno para emitir sua opinião sobre a eficácia da palestra assistida por ele.

*“Comentário do Aluno: A palestra foi voltada para a compressão<sup>11</sup> do sentido autêntico do Direito. Acho que seu objetivo foi atingido. A meu ver, tal disciplina teria que ser obrigatória na FAAO.”*

Nesta passagem do esquema de **A1** ele procura deixar clara a sua opinião sobre a importância da disciplina para estudantes de Direito. Além disso, faz um julgamento de valor ao se posicionar, positivamente, quanto ao fato de, a seu ver, como ele mesmo diz, o objetivo da palestra ter sido alcançado. Como explica Eni Orlandi (1993), nós sempre devemos levar em consideração a finalidade de nossa escrita. Para quem estamos escrevendo. A autora afirma, também, que o autor não poderia ser entendido como indivíduo, mas como uma posição social em que está ou na qual é colocado, tornando-se, assim, o sujeito do discurso.

Além do que já foi exposto sobre o texto de **A1**, é importante notar que o aluno faz uma espécie de cobrança à instituição de ensino em que estuda. Tendo consciência de sua posição social e de sua função enquanto aluno do Curso de Direito, **A1** expressa, explicitamente, seu desejo quando escreve: “A meu ver, tal disciplina teria que ser obrigatória na FAAO.” Mais uma vez a autoria se mostra no texto de **A1**, pois partindo do lugar que ocupa ele sai da posição de sujeito-enunciador (bem marcada em sua opção pelo gênero esquema) para a posição sujeito-autor que, nas palavras de Orlandi (2003), é “atuante, crítico, autônomo e participante”, deixando, assim, de ser um sujeito “acomodado” e ficando apto a interferir na realidade da qual faz parte.

---

<sup>11</sup> Acredita-se que aqui o aluno quis fazer uso do termo compreensão.

Em linhas gerais, pudemos observar analisando o texto de **A1** que ele se constitui autor à proporção que, ao escrever seu texto, deixa transparecer algumas situações como:

- faz a escolha do gênero a ser utilizado para desenvolver o seu texto, optando pelo Esquema, quando tinham tantos outros ao seu dispor, demonstrando, com essa atitude, uma fuga dos gêneros cristalizados pela escola, no caso a narração, a descrição e a dissertação;
- utiliza linguagem própria do universo jurídico, embora tenha seguido também o que ouviu na palestra;
- dialoga com o palestrante, ao se identificar com o que ele diz na palestra e confirmar sua eficácia para ele (aluno);
- encerra seu texto com um posicionamento pessoal, fazendo questão de se colocar e emitir sua opinião explícita sobre a palestra, tecendo comentários, ainda que breves, sobre o assunto abordado e falando da importância da disciplina em questão para o Curso de Direito.

Finalizando a análise do Texto 1, prosseguiremos este capítulo analisando o Texto 2 que é um comentário.

## **TEXTO 2**

### ***Palestra***

*A palestra, tinha como tema a história do direito e a possibilidade de crítica do mesmo, o palestrante Francisco Pereira Costa, professor da Universidade Federal do Acre, abordou os pontos principais sobre o determinado assunto.*

*A história do direito é uma disciplina jurídica que tem por escopo a pesquisa e análise dos institutos jurídicos, na qual é necessário estudo e conhecimento para atingir determinado objetivo. O direito tem três fontes históricas que são; o direito Romano, o direito Germânico e o direito Canônico, que também serviram como base para o direito brasileiro na qual teve grande influência para os*

*juristas do Brasil, que tiveram uma base para construir nosso direito. Na história do direito, Marx foi citado como o principal pensador que define a essência da sociedade, pois na concepção dele o direito foi instituído para atender os interesses dos capitalistas, os que têm mais sempre escravizam os que têm menos ou os que nada tem, essa é a realidade na história brasileira.*

*O caso é que dentro da lei ou fora da lei, existe um jogo de poder, de interesse, estratégia e de resistência, e é através da pesquisa que podemos saber o que realmente está por trás desse jogo de poder, o profissional do direito é que decidi (sic) o que deve ser lei, afirmando e considerando a melhor doutrina, decidindo assim os litígios com sentenças... O direito não pode prescindir da Filosofia, mas não fica pela teoria, concretiza-se na ação, é da sua própria natureza essa normatividade. Um exemplo que acontece constantemente em relação à lei é que muitas vezes à divergências que interfere na aplicação e no cumprimento da mesma. O palestrante citou um exemplo do inquérito policial, o depoimento falado pelo inquirido, tem que ser transcrito tal qual suas palavras, mas isso não acontece, o escrivão traduz suas palavras quando esta anotando seu depoimento, tirando sua originalidade, os profissionais do direito têm que ter consciência de que à oralidade trás a história.*

*A forma, o jeito, a estrutura da fala, deve ser muito rigorosa, necessita de conceitos claros e uma gramática coerente, pois o saber representa o receber, esse saber vai sendo enclausurado, tornando a verdade do processo criminal representando um poder, informações necessárias para que o profissional trabalhe em sua defesa. O direito é dinâmico e não estático, e é necessária a pesquisa para buscar novas oportunidades e alcançar os determinados objetivos. A mesma tem o propósito de constituir uma história não dogmática, por isso é constantemente submetida à crítica. O estudo no direito é extremamente importante e só é possível se aplicarmos o materialismo dialético. Portanto, a história do direito é a base disciplinar para uma oportunidade de amadurecimento e compreensão. (sic)*

- X -

O texto a ser analisado agora pertence ao gênero discursivo **comentário**. O que vem a ser comentar? Segundo o dicionário Aurélio (2008) comentar “é fazer comentário(s) sobre. Conversar acerca de. Criticar, analisar.” Este conceito vem

confirmar as características do texto de **A2** que, durante toda a sua escrita faz comentários, críticas e análises acerca da palestra que ouviu.

**A2** inicia seu texto chamando a atenção do leitor para o tema da palestra e para quem a proferiu. Informa, ainda, quais pontos o palestrante abordou e, a partir deste esclarecimento, começa a comentar o que julgou mais importante.

No segundo parágrafo do texto de **A2**, ele conceitua história do direito e assegura: *“A história do direito é uma disciplina jurídica que tem por escopo a pesquisa e análise dos institutos jurídicos, na qual é necessário estudo e conhecimento para atingir determinado objetivo.”* Trecho citado a partir de (COSTA, 2007). Neste trecho podemos observar que **A2** se utiliza do discurso indireto, já que usa as palavras do palestrante, mas de uma forma não mostrada, assinalando, assim, a presença da heterogeneidade constitutiva proposta por Jaqueline Authier-Revuz (1998). O sujeito/aluno coloca-se como tradutor das palavras do outro, inscrevendo-se no discurso do outro, parafraseando para atribuir sentido. De acordo com Authier-Revuz (*apud* Charaudeau e Maingueneau, 2006, p. 262), *“O sujeito é irredutivelmente clivado, dividido pelo inconsciente, mas ele vive na ilusão necessária da autonomia de sua consciência e de seu discurso.”*

Outro aspecto que podemos destacar no texto de **A2** é a sua falta de intimidade com as normas gramaticais, passando pelo uso da norma padrão da língua até a questão da pontuação adequada do texto. Logo no início de sua escrita **A2** separa o sujeito do verbo quando escreve: *“A palestra, tinha como tema [...]”*. Além do ponto destacado, temos outros como: *“O direito tem três fontes históricas que são;”* Aqui, ao invés de **A2** utilizar o sinal de dois-pontos (:), ele faz uso, de forma inadequada, do ponto e vírgula (;) para citar em seguida o que havia anunciado anteriormente. Sobre essa questão é interessante notarmos que, nem sempre, o estudo da gramática, dito tão necessário, é eficaz para o aluno e, sendo assim, ele carrega consigo em sua vida escolar e, depois dela, as marcas de um ensino que, muitas vezes não surtiu o efeito esperado.

**A2** refere-se, em seu texto, a trechos proferidos pelo palestrante, no entanto não os cita corretamente, demonstrando, com isso, desconhecimento das normas metodológicas no trabalho acadêmico. Na verdade, o sujeito/aluno faz, mais uma vez, uso do discurso indireto para expressar o que deseja: *“Na história do direito, Marx foi citado como principal pensador que define a essência da sociedade, pois na concepção dele o direito foi instituído para atender os interesses dos capitalistas*

[...]”. Trecho citado a partir de (COSTA, 2007). Além do uso do discurso indireto em seu texto, **A2** lança mão, também, ainda que inconscientemente, do que conhecemos como elipse, que é a omissão de um termo, de uma palavra, deixando-a subentendida: “*Na história do direito, Marx foi citado como [...]*”. Neste excerto, a palavra que foi suprimida é **palestra**, já que **A2** estava dando informações adquiridas na palestra que ouviu e tecendo seus comentários sobre ela.

Vale ressaltar que a Heterogeneidade mostrada corresponde, segundo Authier-Revuz (1998), “à presença localizável de um discurso no fio de outro discurso”, ou seja, o autor inscreve o seu discurso no discurso do outro de forma explícita. Marca a sua presença por intermédio de recursos como aspas, citações diretas, itálico, etc.

Dando prosseguimento à análise do texto de **A2**, queremos destacar que ele também se constitui autor do que escreve, quando deixa clara a sua opção pelo gênero a ser utilizado e escolhe, não só o que escrever, mas como escrever, ou seja, de que forma comentar o assunto, que tom dar ao seu texto. Seguindo as palavras de Orlandi (1993), o autor está na base da coerência do discurso, ele assume responsabilidades pelo que escreve ou fala e, dentre estas responsabilidades, estão o sentido que o autor atribui ao seu discurso e a sua finalidade com ele.

Encontramos durante a análise do texto de **A2** forte presença do dialogismo de Bakhtin. O sujeito/aluno dialoga durante todo o seu texto com o palestrante, às vezes de forma explícita, como na passagem “*O palestrante citou um exemplo do inquérito policial [...]*”, às vezes de forma velada, como no trecho: “*...o direito não pode prescindir da Filosofia, mas não fica pela teoria, concretiza-se na ação, é da sua própria natureza essa normatividade*<sup>12</sup>.” Amparados no conceito de dialogismo de Bakhtin (2006), que sustenta que este é o permanente diálogo entre os diversos discursos que permeiam uma sociedade e que o enunciador, ao proferir seu discurso, deve levar em consideração o discurso de outrem, procuramos aqui reconhecer a importância da inserção de **A2** no processo de autoria do seu texto, ressaltando, mais uma vez, que nos dizeres de Bakhtin, “o discurso não é homogêneo e sim constituído de múltiplas vozes sociais.”

---

<sup>12</sup> Esta passagem foi encontrada em outros textos colhidos no decorrer da pesquisa, mas que não foram utilizados para a análise, por isso fazemos tal afirmação.

Dando continuidade ao seu comentário, **A2** busca finalizar seu texto fazendo uma crítica à forma como os depoimentos são colhidos nos inquéritos policiais: “[...] o depoimento falado pelo inquirido, tem que ser transcrito tal qual suas palavras, mas isso não acontece, o escrivão traduz suas palavras quando está anotando seu depoimento, tirando sua originalidade, [...]” e aconselha: “os profissionais do direito têm que ter consciência de que à (sic) oralidade traz a história.” Mesmo apresentando dificuldades para escrever dentro dos padrões linguísticos estipulados pela escola para este tipo de trabalho, **A2** sabe muito bem fazer suas críticas ao tema em foco. Ele emite opinião e cobra, de quem toma o depoimento no inquérito policial, uma posição diferente, mais rigorosa em relação ao que diz o depoente. Além disso, **A2** também se posiciona em relação aos profissionais do direito como um todo, argumentando no sentido de fazer com que eles tenham consciência da importância da oralidade para o registro da história.

Quanto à inserção do discurso de um sujeito no discurso de outrem temos o que sustenta Bakhtin (2006):

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o ‘fundo perceptivo’, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante. (BAKHTIN, 2006, p. 153-154).

No texto de **A2** podemos verificar que essa inserção configura-se em uma forma de apropriação do discurso de outrem para sustentar, posteriormente, seu próprio discurso. Ao fazer comentários e julgamentos de valor, **A2** se põe como autor, pois fala de uma determinada posição social, aliás, ele ocupa mais de uma posição quais sejam as de sujeito/aluno do Curso de Direito e a de membro da sociedade. Assim, **A2** torna-se também responsável pelo seu discurso, já que, ao proferi-lo, tem responsabilidades sobre ele e sobre seu eco na sociedade em que vive. Dessa forma, de acordo com Orlandi (1993), o autor é aquele que tendo o domínio de certos mecanismos do discurso, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido.

Finalmente, podemos afirmar, com segurança, que **A2** também se constitui autor do que escreve, já que deixa claro no decorrer de todo seu texto certa

autonomia em suas escolhas e emite suas opiniões acerca do assunto da palestra como ao final do texto em questão: *“Portanto, a história é a base disciplinar para uma oportunidade de amadurecimento e compreensão.”* (sic)

Reiterando o que foi retratado na análise realizada, podemos afirmar que a autoria se manifesta no texto de **A2** quando:

- escolhe, com propriedade, o gênero comentário para discorrer sobre o tema da palestra, mesmo apresentando desvios linguísticos;
- coloca-se no discurso do outro para, a partir dele, criar seu próprio discurso, dando voz ao seu pensamento e tornando seu discurso dialógico;
- posiciona-se como sujeito ativo na história e no social, cobrando atitudes enquanto aluno de direito e sujeito inserido na sociedade;
- deixa bem marcada a progressão do seu discurso no texto, entremeando-o com o discurso do palestrante e apresentando uma sequência lógica de ideias, com início, meio e fim.

Após a análise do texto de A2, daremos continuidade ao nosso trabalho analisando o texto 3, que é um relatório. Nesta análise nos reportaremos ao sujeito/aluno chamando-o de A3.

### **TEXTO 3**

#### ***PALESTRA MINISTRADA POR FRANCISCO PEREIRA COSTA***

*Realizada na Faculdade da Amazônia Ocidental por um professor da Universidade Federal do Acre referente à disciplina da Análise e Produção de Texto Jurídico, ministrada pela professora Kelce Nayra Guedes Menezes Paes.*

*O texto a seguir relatado teve como objetivo explicar os pontos principais abordados na palestra que teve como tema: “Pesquisa Histórica Jurídica*

*como Possibilidade de Crítica ao Direito”, direcionada aos estudantes de Direito da então Instituição já mencionada acima, a título de avaliação.*

*Conforme o palestrante, a base do Direito Científico foi fundamentada pelo Direito Romano, Direito Canônico e o Direito Germânico. No século XIX surgiu uma corrente teórica chamada Positivismo que procurou legitimar os interesses da classe dominante, baseando-se nos fenômenos da natureza, assemelhando-se, dentre outros, com as Ciências Sociais e com a Literatura, não havendo como interferir nesses fenômenos, sendo necessário criar regras para manter essa situação tida como natural. Foi mencionado também o chamado Materialismo Histórico Dialético onde sua essência foi construída em um pensamento chamado dialético, que tinha como essência ver a sociedade de uma forma diferente, não linear, não conformista, contraditória. Foi também uma forma encontrada pelos intelectuais de construir outros conceitos para enxergar o Direito de uma forma diferente. Marx via a sociedade de uma forma antagônica devido aos diferentes interesses, portanto, o positivismo, relacionado ao Direito, como já foi mencionado, cria regras para legitimar uma sociedade em que não há contrários. Sugeriu também dizendo que o Direito é conformista, possuindo uma norma para legitimar. Então, “Como promover a crítica ao Direito?”, questionou-se Francisco Pereira. A resposta é simples, afirmando que era a Pesquisa Empírica, podendo ela revelar o que está por trás das estratégias de poder para manter as normas, as regras, as quais nós vivemos atualmente, ilustrando como exemplo uma história baseada na obtenção da guarda de uma criança, fato que agora não será necessário ressaltar, mas que serviu como base para relatar que, segundo ele, “no Direito existem coisas que fogem da aplicação da lei”. Posteriormente, retratou a importância da Oratória, da fala, mostrando ser um instrumento que traz a realidade do momento histórico a partir de quem o vivenciou, sendo essencial para a revelação da ordenação jurídica, apresentando sua própria crítica. A construção jurídica fundamentou-se em um saber enclausurado dentro do próprio saber, que mesmo em seu campo existem várias interpretações, questionamentos. Explicou também, a título de informação, o papel do Inquérito Policial que tem como fito trazer a verdade real, a verdade absoluta, representando o poder daqueles que manipulam os instrumentos, e que, por conseguinte, surgiu pelo deslocamento do Privado para o Público. A já relatada Pesquisa Jurídica contribui para olharmos para a jurisprudência de uma forma não-dogmática, sendo submetida, criticada e isso só se concretizará através dos*

*instrumentos teóricos (materialismo dialético). Questionou-nos mais uma vez, perguntando: “O que estuda os conceitos e a história do Direito?” É possível respondê-lo afirmando que esse processo é todo construído na luta, para a luta pelo Direito e não pela construção de um acordo e sim por uma cultura de paz. Comentou também que nenhuma ciência é e deve ser estática, e finalizou afirmando que as leis mudam por duas razões: “se o juiz quiser ou através dos movimentos populares.”*

*Em suma, a oratória do professor nos fez refletir sobre três pontos fundamentais: o aperfeiçoamento sobre a História do Direito em si, uma forma de crítica à própria ordenação e uma reflexão sobre a realidade jurídica baseada em fatos passados, um assunto tão pouco discutido atualmente e que deveria ser dado o seu devido valor, visto que o direito que a nós nos cabe e que, por dever, precisamos cultivá-lo, possuiu e continua possuindo fortes laços com o passado, influenciando diversas teorias, crenças, etnias, objetivos, leis, ou seja, uma melhor eficácia na convivência em sociedade, construindo um mundo melhor para todos.*

- X -

O texto que passaremos a analisar é um **Relatório**, como é demonstrado no decorrer de todo o texto de **A3**. Relatar é expor, quase que de forma minuciosa, o que se ouviu, leu, presenciou ou, ainda, observou em uma determinada situação.

Para darmos início à análise do texto de **A3**, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para a forma como ele construiu seu discurso. **A3** teceu todo o seu texto demonstrando grande preocupação com as partes que escrevia e com sua finalidade. De modo metódico e organizado, deixou marcado, em cada parágrafo o que havia ouvido na palestra. Como escolheu o gênero Relatório começou situando o leitor de uma maneira bem objetiva quanto ao local da palestra, o palestrante e a finalidade. Depois, constrói um novo parágrafo explicitando, mais uma vez, o gênero utilizado quando escreve: “O texto a seguir relatado [...]” e, em seguida cita os pontos principais abordados, os quais serão relatados por ele (**A3**). Dando prosseguimento ao seu texto, **A3** começa um parágrafo onde relata, com precisão, todos os pontos que havia apresentado antes ao leitor, para depois encerrar com seu comentário e seu julgamento de valor.

Já neste primeiro momento do texto de **A3**, ficam evidentes os indícios fortes de autoria, pois ele não exita em escolher o gênero a ser utilizado e, mais que isso,

em organizar seu dizer. Esta atitude de **A3** vai de encontro ao que a escola prega, já que, geralmente ensina ao aluno formas prontas de construção de textos e essas formas acabam sendo resumidas a três gêneros básicos que são: descrição, narração e dissertação. Com essa autonomia perante seu texto **A3** nos faz retomar o que afirma Bakhtin (2000) sobre os gêneros do discurso: “Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*.” (p. 301). E o autor vai mais além quando sustenta que: “Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). *Na prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica*.” (p. 301)

Dando prosseguimento à análise do texto de **A3**, observamos que ele cita o palestrante de forma indireta, mas faz referência à sua pessoa deixando claro de quem é o discurso relatado: “*Conforme o palestrante, a base do Direito Científico foi fundamentada pelo Direito Romano, Direito Canônico e o Direito Germânico.*” Trecho citado a partir de (COSTA, 2007. Percebe-se aqui que o sujeito/aluno se preocupa em atribuir ao palestrante a voz que é sua, ou seja, seu discurso, no entanto deixa claro não ter consciência das normas de metodologia nos trabalhos científicos. Além dessa questão, **A3** lança mão do prestígio do palestrante para dar o mesmo prestígio ao seu próprio discurso.

Vários recursos podem ser usados para que o sujeito/aluno se beneficie com o prestígio do discurso do palestrante e um deles é a citação. Utilizando a citação de um autor reconhecido, temos a oportunidade de dar mais credibilidade ao nosso discurso, já que estamos afirmando algo que tem suporte teórico assegurado por alguém que tem conhecimento no assunto e é reconhecido por isso. Neste momento, podemos nos reportar ao que conhecemos como argumento de autoridade, pois é nele que, muitas vezes, encontramos subsídio para amparar o nosso dizer de uma forma segura.

No decorrer de todo o texto de **A3** notamos a presença do discurso do palestrante como uma forma de confirmação do gênero por ele escolhido e, ainda, como um meio de utilização do discurso de autoridade. **A3** retorna ao que já foi dito antes para fortalecer suas palavras, percebemos isso quando ele usa expressões do tipo: “Foi mencionado também” e “como já foi mencionado”. Neste momento do discurso de **A3** nos deparamos com o uso da heterogeneidade discursiva marcada,

que nas palavras de Authier-Revuz (1998) “é a representação que o discurso dá, em si mesmo, de sua relação com o outro.” Dessa forma, vimos que a heterogeneidade mostrada tem o poder de inscrever explicitamente o sujeito no discurso do outro, por meio de marcas linguísticas, tornando o seu texto heterogêneo.

É interessante considerar que o sujeito/aluno dialoga, durante todo o texto, com o palestrante, instituindo-o, assim, seu interlocutor. Podemos confirmar essa afirmação na seguinte passagem do texto de **A3**: “*Como promover a crítica ao Direito?*”, *questionou-se Francisco Pereira. “A resposta é simples, afirmando que era a Pesquisa Empírica, podendo ela revelar o que está por trás das estratégias de poder [...]”*. Após relatar a fala do palestrante, **A3**, em determinado momento da resposta do próprio palestrante, se inclui como sujeito afetado pelas normas jurídicas vigentes atualmente: “*[...] para manter as normas, as regras, as quais nós vivemos atualmente [...]”*. Como sabemos, a linguagem é naturalmente constitutiva, pois, para Bakhtin (2006), “todo diálogo é constitutivamente dialógico”. Por outro lado, como pudemos observar na passagem acima, temos o discurso direto usado pelo sujeito/aluno, que é característico da heterogeneidade mostrada. Nela, o discurso se representa em sua relação com o outro discurso, deixando claro o lugar que ocupa na cadeia do enunciado, por intermédio de várias marcas linguísticas, como o próprio discurso direto, por exemplo. Na heterogeneidade mostrada, a presença do discurso do outro é nítida, não deixa margem a dúvidas.

O sujeito/aluno a quem chamamos de **A3** também lança mão de um recurso muito utilizado quando se fala de heterogeneidade mostrada, o discurso direto. Neste tipo de discurso, segundo Brandão (1994), “o locutor coloca-se como ‘porta-voz’, recorta as palavras do outro e cita-as.” (p. 50). Tomemos como exemplo o que relata **A3**: “*Segundo ele, ‘no Direito existem coisas que fogem da aplicação da lei’*”. A citação direta utilizada pelo aluno serve para confirmar o que vem colocando no seu texto e, além disso, para sustentar o que, mesmo indiretamente, ele afirma sobre o assunto em pauta. As aspas são usadas no texto para que o enunciador tenha como se proteger de possíveis críticas de quem ler o seu texto. Além disso, as aspas são utilizadas também para destacar o discurso do outro no discurso do próprio sujeito /aluno, pois assim fica evidente para o leitor que o discurso que ali está é do palestrante e não seu.

Outro trecho do texto de **A3** que comprova o dialogismo de Bakhtin é quando escreve: “*Questionou-se mais uma vez, perguntando: ‘O que estuda os*

*conceitos e a história do Direito? ”* E ele responde: *“É possível respondê-lo afirmando que esse processo é todo construído na luta, para a luta pelo Direito e não pela construção de um acordo e sim por uma cultura de paz.”* Considerando o que afirma Bakhtin sobre a natureza dialógica dos discursos, percebemos, neste trecho do texto de **A3** que, ele dialoga não só com o discurso do palestrante, mas também com o próprio palestrante, quando responde a pergunta feita por ele na palestra. Dessa forma, **A3** mantém diálogo com o discurso e com o interlocutor, como vimos no capítulo anterior.

Sabemos que o discurso de **A3** não pode ser considerado único, original, no entanto, sabemos também que as marcas apresentadas por ele no decorrer do texto nos indicam um sujeito/aluno consciente do seu papel perante o que escreve, conhecedor dos termos jurídicos que utiliza e das normas linguísticas usadas em um texto científico.

No último parágrafo, **A3** usa a expressão “em suma”, para deixar claro que irá encerrar seu texto. Ao fazer isso, põe-se, mais uma vez, no *fin do discurso*<sup>13</sup>, ressaltando sua reflexão acerca de alguns pontos abordados na palestra e fazendo sua avaliação sobre estes pontos: *“Em suma, a oratória de Francisco Pereira Costa nos fez refletir sobre três pontos fundamentais: [...]”*. Enfim, podemos concluir esta análise (de **A3**) nos remetendo ao que propõe Orlandi (1993) sobre a autoria quando afirma que “o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem.” (p.77).

Em breves linhas, podemos confirmar a autoria no texto de **A3** quando:

- escolhe, com propriedade, o gênero a ser utilizado, organizando-o de forma a transmitir as informações minuciosamente;
- utiliza-se de um léxico próprio da área jurídica, demonstrando intimidade em seu uso;
- organiza o texto em parágrafos com finalidades bem definidas, apesar de não ter feito uso de vários parágrafos de desenvolvimento, já que condensou em apenas um.
- demonstra ter segurança no que afirma quando sugere mudanças de atitude em relação às questões jurídicas postas no texto.

---

<sup>13</sup> Termo que tomamos de empréstimo de J. Authier-Revuz.

- posiciona-se no texto e assume a responsabilidade pelo que diz, ao demonstrar sua opinião sobre o tema.

Encerrada a análise do relatório de **A3**, iremos analisar agora o último dos quatro textos que compõem o *Corpus* de nossa pesquisa, que é uma **transcrição**.

#### **TEXTO 4**

*A história do Direito é o casamento da própria história com o Direito e a pesquisa histórica jurídica com possibilidade à crítica do Direito.*

*O Direito tem três fontes históricas quais sejam: o Direito Romano, o Direito Germânico e o Direito Canônico, estas fontes serviram também de base para o Direito brasileiro, a corrente positivista que até hoje simbolizada em nossa Bandeira Nacional, teve grande influência para os juristas do Brasil, onde se alicerçaram para construir o nosso Direito. Esta corrente positivista fundamentava que a vida é igual a Lei da natureza, entendendo que o mesmo fenômeno que ocorre na natureza, ocorre na sociedade e o Direito baseia-se em normas e regras para manter este status co do Direito.*

*Ante a constatação de que a continuidade, a linearidade e os anacronismos são as principais pragas que infestam os campos da história do direito, talvez um dos autores que mais tenha a nos dizer alguma coisa seja o filósofo francês Michel Foucault. Embora sua posição nos quadros do conhecimento seja um pouco controvertida, pois ele transita entre a psicologia, a filosofia e a história. Parece mais adequado considerá-lo antes de tudo um filósofo da ciência preocupado com as relações existentes entre os discursos, as práticas de poder e seus efeitos sobre o sujeito. Deixou uma herança teórica rica e controvertida, que é até hoje objeto de acesos debates, e que nos últimos anos ganhou especial relevo em vista das discussões em torno do 'pós moderno' – corrente com a qual Foucault é usualmente, e erroneamente, a nosso ver, identificado. Se pudéssemos traçar em muito rápidas linhas o seu projeto teórico, diríamos que foi o de relacionar as práticas epistêmicas e discursivas com o sujeito, que aparece em determinado momento no pensamento filosófico e científico que começa aquelas práticas discursivas como tema; o homem, pois, aparece como sujeito do saber. Em outros*

*termos: o intento é proceder a uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos em sujeitos de conhecimento; O de relacionar as práticas disciplinares que objetivam e dividem o sujeito, tal como ocorre com o louco e o preso, que então aparece não somente com sujeito pelo saber, mas como sujeito pelo poder. Em outros termos: o intento é proceder a uma ontologia histórica de nós mesmos em relação ao campo de poder através do qual nos constituímos em sujeitos que atuam sobre os demais; e o de relacionar as práticas subjetivadoras do sujeito consigo mesmo, ou de demonstrar como o sujeito é constituído de si para si mesmo através da sexualidade, o que revela a ação do sujeito sobre si de modo a constituí-lo como sujeito moral.*

*Marx foi o principal pensador que define a essência da sociedade. O materialismo histórico é para ver que a forma de aprender é um caos, pois está inserido o contrário, diferente na concepção de ver uma sociedade em paz total que é a visão da burguesia e não a realidade pela qual as pessoas vivem. Por isso afirmo que o Direito foi instituído para atender os interesses dos capitalistas e sendo assim da classe burguesa.*

*Entendo que toda história brasileira é construída em cima da violência, seja de caráter sociocultural ou de caráter capitalista onde quem tem mais sempre escravizam (sic) os que tem menos ou os que nada tem.*

*É através da pesquisa que podemos saber o que realmente está por trás desse jogo de poder. Dentro da Lei existe um jogo de poder que interfere na aplicação e cumprimento dessa própria Lei; Lembro de quando estive fazendo pesquisa nos arquivos do Tribunal de Justiça do estado do Acre e deparei-me com um relato que deixa bem claro a interferência dentro da decisão da justiça impedindo o cumprimento da Lei: Em um determinado processo há muitas décadas atrás, o pai requeria a guarda de sua filha e o juiz deu-lhe o parecer favorável, porém, quando a mãe foi comunicada da decisão judicial, disse aos agentes que tinha ordem superior para não cumprir a sentença. Depois descobriu-se que a mesma mantinha uma relação amorosa com o prefeito da cidade e este estava utilizando-se de sua patente para interferir na decisão da justiça.*

*Uma coisa é ler no papel o que está escrito por outrem e com essa verdade formatar as próprias conclusões, outra coisa é ouvir da boca de quem viveu sua verdade, com detalhes e explicações dos fatos ocorridos e a partir daí fazer ou tirar sua própria conclusão.*

*Um exemplo claro sobre o que falo, está bem inserido quando se trata de um inquérito policial, o depoimento falado pelo inquirido deveria ser transcrito tal qual suas palavras, fielmente como ele diz, porém isso não ocorre, o escrivão traduz suas palavras na hora em que está anotando o seu depoimento. A fala ou oralidade é muito importante para o operador do Direito, pois é nessa fala ou na coleta de informações que o profissional trabalha sua defesa. O Inquérito policial tem a responsabilidade de trazer a luz da verdade a um determinado público fatos tal qual ocorreram.*

*O poder de fazer a justiça saiu das mãos do privado, ou seja, da pessoa para as mãos do estado, esse é o famoso contrato social, quando o homem abre mão de exercer o seu direito natural a bem da coletividade.*

*O estado através do inquérito busca a verdade real. Entendo que no campo do saber, existe vários pensamentos e uma verdade não pode ser vista apenas de um único prisma. É preciso ter uma visão global e generalizada para atingir seu objetivos.*

*Portanto, em um processo devemos buscar a história e suas razões no aspecto do Direito. O Direito é dinâmico e jamais deve ser estático, se assim fosse, seria como um dogma seguindo padrões retilíneos e impedindo o operador de divagar e buscar novas possibilidades.*

- X -

**Transcrição** é um gênero muito usado em trabalhos científicos, em forma de citações diretas, com uso de aspas ou não, no caso de citação direta longa, e que tem como principal função sustentar os dizeres do autor do trabalho, dando mais credibilidade ao que ele escreve. A transcrição é o ato de copiar fragmentos de um texto qualquer e usar em outros sem fazer nenhuma alteração no texto de origem.

Iniciaremos esta última análise informando que chamaremos o sujeito/aluno de **A4**, como vínhamos fazendo até aqui em relação aos outros textos analisados. **A4** optou por trabalhar uma transcrição, talvez na ilusão de que este gênero fosse mais fácil de ser trabalhado, no entanto sabemos que transcrever um texto da modalidade oral para a modalidade escrita, não se configura em tarefa das mais fáceis, pois várias mudanças precisam ser feitas no texto para que haja uma

readaptação visando a melhor compreensão do assunto abordado por parte do futuro leitor.

Em primeiro lugar, nos chama muito a atenção o fato de **A4** ter dividido o seu texto em parágrafos que retratassem, com uma certa fidelidade, a sequência do discurso do palestrante, mas, apesar disso, ter trabalhado com discurso indireto para se inserir no texto e fazer parte dele como sujeito atuante no processo. Isso é visto por nós como o primeiro indício de autoria de **A4**. O sujeito/aluno começa escrevendo: *“A história do Direito é o casamento da própria história com o Direito [...]”* Trecho citado a partir de (COSTA, 2007), ou seja, ele não se preocupa em fazer a introdução do seu texto da forma mais tradicional. Ele opta por ir direto ao assunto, introduzindo-o com uma frase dita de efeito, chamando, dessa forma, mais rapidamente, a atenção do leitor.

No 2º parágrafo do texto, **A4** faz outra inserção na fala do palestrante e deixa claro, mais uma vez, sua marca ao transcrever o termo escrito por ele como *status co*. **A4** escreve o seguinte: *Esta corrente positivista fundamentava que a vida é igual a Lei da natureza, entendendo que o mesmo fenômeno que ocorre na natureza, ocorre na sociedade e o Direito baseia-se em normas e regras para manter este status co do Direito.* Trecho citado a partir de (COSTA, 2007). Neste exemplo, podemos perceber que, apesar de **A4** procurar usar a mesma sintaxe do palestrante, por se tratar de um texto na área jurídica, em algumas situações linguísticas ele não conseguiu reproduzir o que ouviu, pois não tem o domínio total do léxico utilizado pelo palestrante. Orlandi (1993), afirma que “O sujeito está, de alguma forma, inscrito no texto que produz.” (p.76)

Por se tratar de uma transcrição, **A4** optou por não retirar do texto as vozes e os comentários do palestrante. Percebemos isso em expressões do tipo: *“nos dizer, a nosso ver, pudéssemos, diríamos, entendo, podemos”*, dentre outras marcas encontradas. Todas essas expressões são encontradas no texto inseridas em comentários do palestrante e não do sujeito/aluno. Bakhtin (2006), ao se referir ao discurso de outrem afirma que: “O discurso de outrem constitui mais que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, ‘em pessoa’, como uma unidade integral da construção.”

A heterogeneidade também está presente no texto de **A4**. Ao fazer uso dos dois pontos, o sujeito/aluno deixa transparecer a fala do palestrante, por exemplo: *“Em outros termos: o intento é proceder a uma ontologia histórica de nós mesmos*

*em relação à verdade através da qual nos constituímos em sujeitos de conhecimento; [...]”*. Trecho citado a partir de (COSTA, 2007). Vale ressaltar que este tipo de heterogeneidade é mostrada e marcada, pois deixa antever o discurso do outro no fio do seu próprio discurso.

Outras características que marcam a passagem da oralidade para a escrita também foram encontradas no texto de **A4**. Para que seu texto fosse condensado linguisticamente, **A4** preocupou-se em eliminar as redundâncias, as repetições, os truncamentos de palavras e as frases reticentes, próprias do texto oral, mas não eliminou expressões, verbos na 1ª pessoa que denotam posicionamento pessoal do palestrante como no exemplo a seguir: *“Por isso afirmo que o Direito foi instituído para atender os interesses dos capitalistas e sendo assim da classe burguesa.”* (COSTA, 2007).

Em todo o seu texto **A4** explicita suas escolhas, suas opções quanto à estrutura, à forma e reorganiza-o sintaticamente, reconstruindo os parágrafos a partir da entonação da voz do palestrante, dessa forma também norteia seu texto quanto à pontuação, encadeando as ideias e tornando o texto, agora escrito, mais claro para o leitor.

Este processo desenvolvido por **A4** habilita-o a ser chamado de autor, pois já que ele demonstra ter domínio dos mecanismos discursivos necessários para fazer uma transcrição e, assim, se insere como sujeito de linguagem, atuante e autônomo. Para ser autor, segundo Eni Orlandi (1993), “Não basta ‘falar’; falando, ele é apenas falante. Não basta ‘dizer’ para ser autor; dizendo, ele é apenas locutor. Também não basta enunciar algo para ser autor” (p.79). Dessa passagem podemos inferir, então, que para ser autor, de acordo com Orlandi, precisamos estar envolvidos com o social e o histórico, participando ativamente das decisões na sociedade e esse processo pode e deve começar pelo texto. Esclarecemos que também compartilhamos das ideias da autora, embora tenhamos consciência de que para se constituir autor não basta estar inserido nas questões sociais e históricas, mas é necessário também se assumir como autor, ou seja, assumir a responsabilidade do seu dizer com todas as possíveis consequências trazidas por ele como, além da exigência de uma “relação institucional com a linguagem”. (ORLANDI, 1993, p. 80)

Enfim, **A4** se constitui autor de seu texto até no momento em que não consegue fazer a pontuação e a concordância adequadas de sua transcrição, pois a

fala do palestrante está ali, próxima a ele, gravada, mas a construção do texto escrito é de autoria sua. Nesta construção, ele demonstra suas dificuldades com a pontuação, com a concordância, com a organização dos parágrafos, já que tudo isso deve ser passado para o papel levando em consideração as marcas interacionais utilizadas pelo palestrante, como: pausas, entonação da voz, interação entre os alunos (plateia) e o palestrante, os comentários descritivos do palestrante, truncamento de palavras, etc. Por outro lado, como já foi afirmado anteriormente, **A4**, do seu jeito, sabe lidar com todos esses aspectos para construir seu texto.

Retomando a análise do texto, podemos dizer que **A4** exerce a função-autor no momento em que:

- escolhe o gênero a ser utilizado para construir seu texto;
- organiza, linguisticamente, seu discurso na modalidade escrita a partir da modalidade oral – a palestra;
- utiliza o léxico que faz parte da formação discursiva jurídica;
- reorganiza sintaticamente seu texto dando maior encadeamento nas ideias que agora fazem parte da modalidade escrita formal.

Com a análise do texto de **A4**, chegamos ao final das análises que compõem o *corpus* dessa pesquisa. Dando prosseguimento ao trabalho passaremos para as considerações finais.

## CONCLUSÃO

Após a realização do percurso para o término desta pesquisa, quero esclarecer que não tive a pretensão de dirimir todos os questionamentos que existem em torno da questão da autoria em textos escolares, e sim, procurar oferecer suporte para uma futura discussão sobre este assunto, objetivando contribuir com a qualidade do ensino de Língua Portuguesa, principalmente, na instituição em que trabalho, quiçá, também em outras instituições, tendo para tanto, um olhar mais apurado no que se refere ao sujeito/aluno produtor/autor de textos.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, pude perceber diversas situações que, ainda hoje, estão presentes na sala de aula. Situações as quais são demonstradas claramente no momento da produção dos textos dos alunos. Como professora de Língua Portuguesa, tenho a plena consciência de que os desvios gramaticais e a inobservância à norma culta da língua são questões de difícil resolução. Por outro lado, também sei que este fato leva o sujeito/aluno ao desconhecimento da importância do uso adequado dessas normas nas situações exigidas, causando, assim, problemas no trato com a língua nas diversas situações de comunicação do dia a dia.

Como podemos perceber, alguns problemas foram detectados, no entanto, o foco da pesquisa desenvolvida não era este, por isso, no decorrer da análise do *corpus*, não me detive a eles e sim ao que tinha sido proposto de fato, que era investigar se o sujeito/aluno se constitui autor ou não e de que forma isso acontece.

Retomando o foco desta pesquisa, chegamos à conclusão de que, para ser autor o aluno deve assumir a responsabilidade por seu dizer. A autoria exige do sujeito uma tomada de posição a partir do lugar que ocupa. Além disso, a autoria em textos escolares dá-se no momento em que o sujeito/aluno se insere no histórico e no social, passando a fazer parte de uma realidade que está posta, que, muitas vezes, passa pela realidade escolar, institucional.

Durante a pesquisa, constatee que o efeito-autor está presente no sujeito que apresenta um texto que traga consigo a unidade. O sujeito, como foi demonstrado, pode se representar como autor em várias situações dentro do mesmo texto, e isso irá depender de seu posicionamento em relação ao que está sendo dito. A escola, infelizmente, ainda não permite a passagem do enunciador para o autor. Segundo Orlandi (1988, p. 81-82): “[...] a escola, por um processo ideológico extremamente

complexo, acaba por não permitir a passagem do enunciador para o autor. Confunde os seus papéis e cobra um pelo outro. Faz isso porque não explicita sua própria função.”

Para o desenvolvimento desta pesquisa me propus a fazer os seguintes questionamentos: O aluno da série inicial do Curso de Direito se insere como autor de seus textos? E, caso isso aconteça, de que forma se dá o processo de autoria por estes alunos? Basicamente foram estes os meus questionamentos para a pesquisa. Diante disso, pude observar em todos os textos analisados que, apesar da escola não contribuir muito para a assunção da autoria pelos alunos, eles se constituem autores sim, e fazem isso dentro de um processo coerente, deixando transparecer indícios que comprovam esta autoria, como os relatados a seguir:

1. Nos quatro textos analisados, foi constatada uma escolha, consciente ou não, do aluno em relação ao gênero a ser utilizado para a escrita; Nesta escolha, o aluno acaba por cumprir exigências próprias de cada gênero, mesmo que isso esteja acontecendo de maneira involuntária por parte dele.
2. Outro ponto observado na análise do *corpus* foi o fato de o aluno desenvolver seu texto utilizando-se de um léxico próprio do seu universo linguístico, no caso a linguagem jurídica, demonstrando assim, mais uma vez, a natureza constitutiva do discurso. Aqui também foi observado que, mesmo o aluno não tendo familiaridade com o termo usado, ele tinha consciência da necessidade de seu uso, por pertencer à esfera jurídica.
3. Os alunos organizaram e até reorganizaram o discurso para que houvesse uma adaptação ao gênero escolhido por eles, possibilitando, dessa forma, a construção de um texto com começo, meio e fim.
4. Posicionam-se de forma segura ao abordar questões que dizem respeito ao que está sendo discutido.

Finalmente, minhas observações sobre o fecho da pesquisa me levam a acreditar que muito ainda falta para ser feito em relação ao aluno autor de textos. Mas, leva-me também a perceber a importância da assunção da autoria em textos escolares, e que, como já dito, apesar das dificuldades advindas da própria escola, vejo como possível o alcance deste objetivo. Ressalto, mais uma vez, que meu

propósito neste trabalho não é dar “dicas” de como fazer com que o aluno se constitua autor, porém, espero poder contribuir para esta reflexão.

A necessidade de encerrar este ciclo é evidente, mas a necessidade de aprofundamento neste assunto também, por isso, acredito que se agirmos com mais atenção a esse aspecto na sala de aula, dando as condições necessárias para que o aluno assuma a responsabilidade pelo seu dizer/escrever, poderemos, sim, encontrar em seus textos/discursos a presença da função-autor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso**. *In*: Diálogos com Bakhtin. Carlos Alberto Faraco, Cristóvão Tezza, Gilberto de Castro (orgs.); Beth Brait...*et al.* 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

COSTA, Francisco Pereira. **A Pesquisa histórico-jurídica como possibilidade de crítica ao Direito**. Rio Branco, 2007. [Palestra proferida para os alunos do 1º ano do Curso de Direito da FAAO].

CHARAUDEAU & MAINGUENEAU. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GALLO, Solange Leda. **Autoria**: Questão enunciativa ou discursiva? *In*: Revista Linguagem em (Dis)curso. V. 1. n. 2. Tubarão/SC: UNISSUL.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso**: breve histórico de um campo transdisciplinar. *In*: \_\_\_\_\_. **Apostila da disciplina Introdução à Análise do Discurso**. Pós-Graduação Lato Sensu. Universidade Federal do Acre, 2004.

\_\_\_\_\_. (org). **Análise do Discurso, interpretação e memória**: olhares oblíquos. São Paulo: Editora da UNESP, no prelo.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** *In*: MOTA, Manoel de Barros (org.). Michel Foucault – estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicitação das normas da ABNT**. 14. ed. BRASSUL, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_ et al.. **Sujeito e Texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Nem escritor, nem sujeito: apenas autor**. *In*: **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. *In*: **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Autoria e interpretação**. *In*: **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba: Criar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dez observações sobre a questão do sujeito**. *In*: **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão. V.3. 2003.

\_\_\_\_\_. **Enunciação, autoria e estilo**. *In*: **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. [et.al] 3. ed. Campinas: editora da UNICAMP, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

**ANEXOS**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)